

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

JOÃO GUILHERME DE PAIVA

**TRABALHO ESCRAVO E TRABALHO LIVRE NOS ANÚNCIOS DE JORNAIS
EM CURITIBA NO SÉCULO XIX**

Curitiba

2013

JOÃO GUILHERME DE PAIVA

**TRABALHO ESCRAVO E TRABALHO LIVRE NOS ANÚNCIOS DE JORNAIS
EM CURITIBA NO SÉCULO XIX**

Monografia apresentada à disciplina de Estágio Supervisionado em Pesquisa Histórica como requisito para a conclusão do Curso de História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Joseli Maria Nunes Mendonça.

Curitiba

2013

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, além de agradecer imensamente, gostaria de parabenizar minha orientadora. Professora Joseli, a parabenizo por sua paciência, perseverança, garra, força de vontade, e espírito de luta por ter me guiado até a conclusão deste trabalho. Sei que dei trabalho, mas a senhora conseguiu. Não fosse por tudo que fez por mim durante esse semestre, este trabalho não existiria. Obrigado mesmo!

Agradeço da mesma forma à professora Martha, minha orientadora em outra vida. Começamos com a ideia de trabalhar de alguma forma a Guerra Civil americana (antes de estar na moda) e terminamos com anúncios de jornais brasileiros envolvendo escravos e trabalhadores livres. São as voltas que o mundo dá. À Martha eu agradeço pelas orientações iniciais, e por toda ajuda nos projetos de monografia.

Agradeço à minha família, por todo suporte ao longo dos anos, e por terem acreditado em mim todas as vezes que eu garantia que, um dia, iria me formar.

Agradeço, também, ao Destino, por ter me feito perder alguns anos em outro curso, e só mudar para História em 2009. Não fosse dessa maneira, não teria conhecido as pessoas que conheci. Em vários sentidos o curso foi bom, mas se contar as amizades que fiz ali, todo o resto fica em segundo plano.

Mesmo correndo sérios riscos de esquecer alguém - ou de ser injusto com quem não citar - agradeço a amizade e a companhia nesses anos todos de (em ordem aleatória de beleza): Danilo, medalha de prata na nossa disputa pelo melhor IRA; Lucas, estudante profissional assim como eu, e que honra o ofício; Anna, por me mostrar as melhores cozinhas japonesas da cidade; Guilherme e Schneider, que raramente não acham graça das minhas piadas; Sir Weliton, pelo simples fato de existir, e nos ter proporcionado tantas alegrias com suas histórias (mesmo que a maioria dela nós tenhamos inventado); Micheleto, autor dos melhores apelidos (que não vingaram) de todo o curso; Fernanda, sendo a única palmeirense com quem já consegui conversar por mais de 15 minutos sem querer sair de perto; e ele... Odiado por muitos, mal quisto por, também muitos, e amado por mim (e acho que pelo Guilherme também, mas só), Felipe “Gola Rolê” Souza. É uma honra terminar o curso ao seu lado. Aos demais colegas, só não os citei acima porque não consegui pensar em mais nada engraçado.

Finalmente, agradeço a Deus. Mesmo com as amizades, continuei acreditando.

“Tudo o que acontece, acontece.

Tudo o que, ao acontecer,
faz com que outra coisa aconteça,
faz com que outra coisa aconteça.

Tudo o que, ao acontecer, faz com que
ela mesma aconteça de novo, acontece
de novo.

Isso, contudo, não acontece
necessariamente
em ordem cronológica”.

Douglas Adams.

SUMÁRIO

RESUMO.....	7
INTRODUÇÃO	8
1. O ESCRAVO E O IMIGRANTE NO CENÁRIO BRASILEIRO.....	11
1.1 – Escravidão e Imigração: como foram tratadas na historiografia	11
1.2 – O imigrante pensado como substituto	14
1.3 – A escravidão no Paraná.....	19
1.4 – Imigração em território paranaense.....	23
2. ESCRAVOS E IMIGRANTES NO AMBIENTE URBANO	26
2.1 – Desenvolvimento urbano no Século XIX	26
2.2 – Os escravos no ambiente urbano	31
2.3 – Os imigrantes e a nova “classe baixa”	39
3. TRABALHADORES NOS ANÚNCIOS DO JORNAL.....	45
3.1 – O <i>Dezenove de Dezembro</i>	45
3.2 – Os anúncios no jornal.....	47
3.3 – Os anúncios de trabalho	48
3.4 – Escravos, livres e imigrantes.....	55
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	60
FONTES	63
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	63

RESUMO

O abastecimento de escravos no Brasil teve, em 1850, um momento de virada; a lei de veto ao tráfico atlântico, datada deste ano, impulsionou as autoridades nacionais a pensarem de que forma supririam a demanda por mão de obra nas zonas rurais brasileiras. Essa preocupação se deu pelo fato de não considerarem o negro – cativo ou alforriado – como alternativa viável para dar continuidade aos trabalhos, cada vez mais especializados, das fazendas. A vinda de imigrantes europeus para o país surge como uma alternativa de resolução para esse problema que surgira. O aparente sucesso dessa experiência nos primeiros anos colaborou para a vinda de centenas de milhares desses imigrantes para o Brasil ao longo do século. Não encontrando as condições ideais para uma vida digna no campo, muitos colonos abandonavam suas terras e seguiam rumo às cidades, buscado melhor sorte. A convivência destes com escravos e toda parcela pobre da população, principalmente em ambiente urbano, acarretou em uma aproximação desses trabalhadores. Muitas vezes eram vistos em anúncios de jornais do período, nos quais vagas de emprego eram ofertadas tanto para livres, quanto para escravos. Esses anúncios são, justamente, nossas fontes de estudo para analisar e perceber as condições bastante próximas desses trabalhadores em Curitiba.

Palavras-chave: escravidão; trabalho livre; anúncios de jornais.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho investiga aspectos relacionados à vida e ao trabalho de escravos e trabalhadores livres imigrantes em Curitiba, por meio da pesquisa em anúncios de oferta e procura de trabalho nos jornais. Pretendeu-se, principalmente, comparar essas duas formas de trabalho, no período entre a proibição do tráfico negreiro e o final da década de 1870.

Os escravos compuseram, durante muito tempo, o grosso da mão de obra brasileira. O abastecimento de trabalhadores cativos para o país tomou, em 1850, um rumo diferente daquele visto anteriormente; nessa data houve a aplicação da Lei Eusébio de Queiroz e, com ela, a interrupção do tráfico atlântico de escravos. A preocupação com a demanda de trabalhadores no país evidenciou a necessidade de se pensar o que fazer para não deixar escassear a mão de obra no Brasil. Muito desse medo em relação a uma possível falta de trabalhadores está relacionado com o fato de não se pensar o trabalhador nacional - ex-escravo ou o alforriado - como uma alternativa viável para suprir a demanda¹. Uma parcela significativa da elite política e econômica entendia que a modernização da produção agrícola e o crescimento das exportações exigiam um novo perfil de trabalhador: um trabalhador livre, e capaz de dar prosseguimento ao capitalismo que se configurava no país².

Pensar o imigrante como uma espécie de substituto do escravo vai além da demanda por braços para trabalhar nas fazendas. Há a versão de que o europeu foi escolhido por conta de um projeto imperial que visava o “embranquecimento” da população, considerado necessário para a civilização do país³. Quando colocado em oposição ao imigrante, o escravo recebe, automaticamente, uma carga negativa. Ele, o

¹ CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*; 2. Ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2001. p.83.

² LARA, S. H. *Escravidão, Cidadania e História do Trabalho No Brasil*. Projeto História, São Paulo, v. 16, 1998. *Op. Cit.*, p. 29.

³ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. & RENAUX, Maria Luiza. “Caras e modos dos Migrantes e Imigrantes”. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. (org) *História da Vida Privada no Brasil, 2: Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Cia. das Letras, 1997. p. 293.

cativo, não saberia trabalhar sem coação; sua irracionalidade perante a disciplina e responsabilidade do branco europeu seria quase uma justificativa para a substituição⁴.

No Paraná, o projeto por trás da vinda do europeu branco possui um caráter que vai além da mera substituição; a escravidão na região paranaense, apesar de ter ocorrido em escala menor quando comparada com outras regiões do país, foi de extrema importância para o desenvolvimento da economia da província. A introdução de imigrantes na região, segundo Magnus Pereira, foi um modo de substituir as classes baixas e afastar da história local costumes considerados representativos de um período de barbárie a ser esquecido⁵.

Porém, o projeto pensado para a vinda do europeu para a zona rural não tem, para apoiá-lo, outro projeto que sirva para manter os mesmos trabalhando no campo. O que se vê é um grande êxodo rural em razão das difíceis condições de vida nas colônias. Muitos deles abandonavam a ideia inicial de trabalhar no campo e rumavam para os centros urbanos. Isto fez crescer a preocupação das autoridades locais com relação ao controle dessa nova parcela da sociedade.

A pesquisa aborda aspectos da vida urbana desses trabalhadores em alguns centros do país, percebendo mudanças relevantes no cenário do trabalho ao longo do século XIX, bem como as mudanças ocorridas nos próprios centros urbanos nesse período. Porém, nesta pesquisa, detivemos nosso foco àqueles trabalhadores – cativos e livres – que se fixaram no centro urbano de Curitiba nesse período.

A pesquisa evidenciou uma grande proximidade entre livres e escravos nas cidades, visto que, em muitos casos, exerciam as mesmas funções, o que, na prática, fazia diminuir as diferenças entre estas duas categorias sociais. Leis anteriormente voltadas exclusivamente para os escravos foram repensadas, passando, aos poucos, a visar o controle também da população livre. E em 1877, no Paraná, infrações cometidas

⁴ AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. *Onda Negra, Medo Branco: O Negro no Imaginário das Elites - Século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. *Op. Cit.*, pp. 21-24.

⁵ PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. *Semeando iras rumo ao progresso*. Curitiba: Ed. da UFPR, 1996. p. 91.

por escravos já não eram mais passíveis de castigos físicos, restando apenas a opção de encarceramento⁶.

No primeiro capítulo do trabalho abordaremos alguns aspectos da forma como escravos e trabalhadores livres foram tratados em parte da historiografia. Em geral os estudos sobre as relações de trabalho tenderam a considerar trabalho escravo e trabalho livre como experiências distintas e dicotômicas. Neste capítulo, a partir de uma literatura crítica a este tipo de abordagem, colocaremos outra possibilidade de interpretação. Além disso, também é tratado no primeiro capítulo o momento inicial de inserção do trabalhador livre – e europeu – nos espaços rurais brasileiros e do Paraná, como uma tentativa de resolver o problema da falta de trabalhadores.

O segundo capítulo trata do desenvolvimento urbano ocorrido no século XIX, relacionando alguns aspectos da vida citadina do escravo, sua inserção nas cidades, a estrutura da escravidão urbana, e ofícios exercidos pelos mesmos. Trataremos também da inserção dos imigrantes no espaço urbano, considerando os motivos que os levaram a abandonar as colônias rurais e rumar para as cidades.

No terceiro – e último – capítulo analisamos um conjunto de mais de 80 anúncios de jornais, nos quais há a presença de trabalhadores escravos e livres sendo requisitados para a execução de certos trabalhos ou oferecendo seus préstimos através dessa sessão de anúncios.

A importância da presença de trabalhadores dos dois regimes de mão de obra – escravo e livre – nos jornais é evidenciada em uma série de anúncios que, no oferecimento de serviço, ou não fazem distinção entre a condição social do trabalhador que se está requisitando, ou pedem abertamente por um trabalhador livre ou escravo. Essa proximidade entre ambos é, através da análise e da retomada dos capítulos anteriores, a exemplificação de que esses trabalhadores não só coexistiram nos ambientes urbanos, mas também dividiram os mesmos espaços e as mesmas funções em vários casos.

⁶ PEREIRA, 1996, *op. Cit.*, p. 69.

1. O ESCRAVO E O IMIGRANTE NO CENÁRIO BRASILEIRO

Neste primeiro capítulo, vamos trabalhar, além de como a historiografia se acostumou a tratar, durante um período, a escravidão e o trabalho livre como sendo processos dissociados e opostos entre si, também o processo de inserção de trabalhadores livres – e europeus – nas zonas rurais brasileiras, ao mesmo tempo em que a escravidão continuava a acontecer. Da mesma forma, temos alguns parágrafos destinados a falar da escravidão paranaense, mostrando sua importância e principais características.

1.1 – Escravidão e Imigração: como foram tratadas na historiografia

Trabalhar a escravidão no Brasil do Século XIX é estar envolvido com uma parte extremamente importante da história do nosso país. A partir deste tema é possível notar diferentes pontos relevantes da formação da sociedade brasileira, pois ao mesmo tempo em que se configura como a primeira forma de trabalho no território nacional, também é responsável por inúmeras adições culturais assimiladas pela população ao longo dos anos.

Mas a escravidão deixou de existir em um dado momento da história brasileira. Não foi nenhum acontecimento repentino, e nem surpreendente. Muitos viram o final do trabalho cativo décadas antes dele, de fato, ocorrer. E como se tratava de uma questão de suma importância – afinal de contas era da mão de obra vigente de que estavam falando – pensar em um modo de substituir o escravo era algo que se fazia necessário. E, de fato, desde a primeira metade do século XIX, quando se debatia o término do tráfico de africanos escravizados para o país, a imigração ganha relevância nas discussões da sociedade brasileira sobre a mão de obra a ser utilizada no país. Vale ressaltar que esse debate acontece mais de meio século antes do final da escravidão, portanto as autoridades não esperaram a escravidão acabar para, somente então, pensar em uma maneira de inserir novos trabalhadores no mercado; o que se viu foi a gradual implantação do trabalho livre/ europeu ao mesmo tempo em que o trabalho cativo continuava a acontecer.

De forma geral, ao tratar o processo de transição do trabalho escravo para o trabalho livre, a historiografia tendeu a fixar limites bastante fortes entre os dois regimes de mão de obra. Como se estas relações de trabalho tivessem acontecido uma em sequência da outra – os imigrantes substituindo os escravos – ou que a terminologia de ambos significa que a escravidão é carregada de elementos negativos e subdesenvolvidos, e que o trabalho livre é a representação de uma evolução da sociedade, um novo modelo de trabalho que se contrapõe à selvageria e atraso associados ao primeiro.

Esse “abismo” que pode ser notado entre as duas formas de trabalho é, em grande parte, fruto dos estudos feitos sobre o tema. O simples fato de utilizar o termo “transição” para retratar a natureza da mudança ocorrida, já denota um sentido de ruptura entre ambos, como se para um existir, o outro devesse, obrigatoriamente, ser eliminado. Silva Hunold Lara, tratando da historiografia sobre o trabalho escravo e o livre, diz que grande parte dos estudos sobre a transição parte, ou do período final da escravidão, ou do início do trabalho livre. A intenção, com esse tipo de abordagem, é estabelecer uma teoria de passagem entre ambos que ressalte a ruptura, desconsiderando as semelhanças entre eles⁷.

Um dos pontos que Lara chama a atenção em relação a esta forma de interpretar a relação entre trabalho escravo e trabalho livre no século XIX é a polarização que cria entre os dois regimes de trabalho: o negro escravo quando comparado ao branco europeu, inexoravelmente recebe a carga negativa e atua como a parcela ruim dessa comparação, engrandecendo e tornando ainda mais positivo o outro lado da balança.

Muitos dos que viveram no século XIX ressaltaram as inovações tecnológicas que então se incorporavam na sociedade, inclusive nas produções do campo, uma vez que o crescimento nas exportações e o desenvolvimento do país na área rural eram constantes. Mas o negro não se configurava – ao menos não aos olhos das elites – como uma alternativa viável para lidar com tais avanços. No Paraná da segunda metade do XIX, por exemplo, segundo Otávio Ianni, se fez necessário um novo tipo de trabalhador, com um perfil que fosse ao encontro das necessidades da produção, capaz

⁷ LARA, 1998, *Op. Cit.*, p. 27.

de dar continuidade ao projeto capitalista que se configurava na região e no país⁸, principalmente após a substituição do engenho de soque pelo movido a vapor na produção de mate.

Lara, de certa forma, explica essa tendência da historiografia como um novo capítulo de uma dicotomia que vem se adaptando ao longo dos anos, conforme se faz necessário: trata-se da mesma relação que se fazia com o campo e a cidade, e o arcaico e o moderno⁹. Nesse momento, o que se vê é a relação escravidão/capitalismo nos mesmos moldes das outras duas citadas logo acima. Cada lado representa uma realidade inversa do outro, e por serem tão distintos, é inconcebível que ambos se apresentem simultaneamente. A fração da historiografia que considera como transição, o que ocorre entre escravidão e trabalho livre, parte dessa dualidade – escravidão/capitalismo – com a sociedade brasileira evoluindo ao passo em que abandona as práticas escravistas e rumo ao progresso andando lado a lado com o trabalho livre e civilizado¹⁰.

Em nenhum momento, Silvia Lara generaliza e diz que esse modo de pensar a passagem do trabalho escravo para o livre é o único que é encontrado na historiografia. Ao contrário disso, a autora cita esses exemplos¹¹ para falar que produções mais recentes estão fazendo o caminho oposto: ao invés de tratar ambas as formas de mão de obra como se fossem distintas e antagônicas, passam a estudar estes dois regimes de trabalho de forma integrada, reconhecendo que ocorreram, não só ao mesmo tempo, mas que apresentaram características que seriam facilmente confundidas entre si.

Pelo fato de nas fazendas cafeeiras paulistas do século XIX a imigração europeia ter acontecido em escala maior que em outras regiões do país, essa experiência é erroneamente generalizada para explicar o processo de inserção do trabalhador livre no Brasil como um todo¹². Vários estudos regionais, entretanto, demonstram que essa a imigração ocorreu de maneira diversa nas várias regiões do Brasil: na Zona da Mata

⁸ IANNI, Otávio. *As metamorfoses do escravo*. São Paulo: Difusão Europeia de Livro, 1962. p.105.

⁹ LARA, 1998, p.30.

¹⁰ *Idem, Op. Cit., Ibidem.*

¹¹ Lara diz que até a década de 1970, as produções históricas acerca do período republicano são ainda “presos” aos temas da História Política e Econômica.

¹² *Idem, p. 29.*

Mineira, por exemplo, os fazendeiros realizaram o assalariamento temporário de migrantes vindos de outras regiões do Estado; no Espírito Santo, apenas os fazendeiros mais ricos optaram pela imigração, tendo a grande maioria optou por contratos sazonais, pagos por mês ou por dia¹³.

1.2 – O imigrante pensado como substituto

Embora não se possa generalizar para o Brasil como um todo o que ocorreu na área de produção cafeeira paulista, o que ali ocorreu na segunda metade do século XIX marcou de forma inequívoca as políticas nacionais relativas à imigração.

Até a década de 1850 os escravos formavam o grosso do contingente de trabalhadores nas fazendas paulistas de café voltadas para a produção em larga escala, mas esse período também é emblemático por representar um passo decisivo em direção ao fim da escravidão: em 1850 se deu a abolição do tráfico atlântico de escravos¹⁴. Não fosse o suficiente, também é um período em que há uma rápida expansão do café para o Oeste paulista, aumentando ainda mais a carência por mão de obra¹⁵.

Tendo em vista as políticas que surgiam contra a escravidão, os grandes fazendeiros paulistas se viram, praticamente, obrigados a experimentar novas formas de trabalho. A vinda de imigrantes aparece nesse momento como uma alternativa viável para esse problema. Porém, não se sabia ao certo como proceder com relação ao europeu que chegava para substituir o escravo. Como regular a sua jornada de trabalho? De que forma se daria o seu pagamento? Estas perguntas são apenas dois exemplos das inúmeras que se faziam os fazendeiros. Mas pensar o imigrante como substituto para o escravo não é algo casual; a sua escolha segue um padrão que foi considerado o ideal para o Brasil, tanto na execução do trabalho, quanto no longo prazo, que tinha a ver com a formação de uma identidade nacional, partindo de homens e mulheres brancos, vindo da Europa.

¹³ LARA, 1998, p. 29.

¹⁴ STOLCKE, Verena; HALL, Michael. “A introdução do trabalho livre nas fazendas de café de São Paulo”. IN: *À lucta, trabalhadores!* Revista Brasileira de História, volume 3, nº 6. São Paulo: Editora Marco Zero/ANPUH, 1984. p. 80.

¹⁵ *Idem, ibidem.*

De acordo com o que dizem Luiz Felipe de Alencastro e Maria Luiza Renaux, o substituto do negro nas fazendas poderia muito bem ser o chinês, no que concerne aos fazendeiros, visto que mais de dois mil chineses desembarcaram no Rio de Janeiro entre 1854 e 1856¹⁶. Mas esse pensamento não era partilhado pelo governo, nem pelas elites agrárias paranaenses que tinham outros planos além de simplesmente substituir a mão de obra negra. A burocracia imperial falava em um processo de “embranquecimento” da população. Mas esse processo apresentava duas frentes: se o imigrante resolvesse vir para cá por conta própria e se tornar um proprietário de terras, deveria cumprir vários pré-requisitos étnicos e culturais; porém, se a vinda fosse visando o trabalho na lavoura como substituto do escravo, nesse caso não havia nenhum tipo de restrição¹⁷.

O imigrante europeu era visto como elemento que remodelaria a sociedade brasileira, considerada naquele momento atrasada por conta da escravidão. Alencastro e Renaux atentam para um braço do pensamento dessa segunda metade do século XIX que pode ser vista em um editorial do Jornal do Comércio de 1857, no qual, “o próprio atraso da agricultura devia-se aos africanos; somente colonos europeus poderia regenerá-la¹⁸”.

Em contrapartida, os ideais de civilização buscados pelo governo se confundem com a enorme quantidade de imigrantes que chegava ao país. A necessidade de sobrevivência e o aumento da população imigrante acarretaram uma situação na qual escravos e estrangeiros livres conviviam de maneira muito próxima, experimentavam condições semelhantes de trabalho e eram inseridos nas práticas corriqueiras que predominavam na sociedade escravista:

[...] os imigrantes pobres mergulhavam quase inevitavelmente no universo dominado pelas práticas escravagistas [...] são, por vezes controlados por escravos-feitores. Na cidade, e em particular nas fábricas de charuto, onde imigrantes menores são empregados ao lado de crianças escravas, as condições de trabalho são duras¹⁹.

Apesar disso, como destaca Celia Maria Marinho de Azevedo, os escravos foram vistos pela historiografia sobre o século XIX como incapazes, também porque não saberiam trabalhar sem coação, sendo praticamente irracionais. Não se atribuíam aos

¹⁶ ALENCASTRO; RENAUX, 1997, p. 295.

¹⁷ *Idem*, pp. 292-293.

¹⁸ *Idem*, p. 297.

¹⁹ *Idem*, pp. 310-311.

escravos, assim, a mínima condição de competir com o colono recém-chegado; diferente do africano cativo e o sistema pré-capitalista que o cercava, o europeu chegaria já preparado para lidar com as exigências de um mercado capitalista de fato²⁰.

Definir o colono europeu como o substituto do escravo nas fazendas e lavouras do país era apenas parte da discussão. Como já foi citado acima, essa nova mão de obra exigia um trato diferente por parte dos senhores, que desde o início utilizavam o trabalhador cativo, e a coerção como forma reguladora de seus serviços. Diferente do que Sylvio Romero defendia, quando falou que o fim da escravidão não deveria ser algo decretado, mas fruto de uma transformação orgânica da sociedade²¹, os proprietários paulistas apenas queriam uma força de trabalho para substituir o escravo. Ela ser chamada de livre, ou de qualquer outra denominação que viesse a ter, não mudaria o fato de que o pensamento vigente da época ainda estava com o escravismo muito fortemente enraizado em sua base.

Apesar do foco principal do presente trabalho ser a simultaneidade e as proximidades entre trabalho livre e escravo no Paraná – mais precisamente em Curitiba – se faz necessário entender o processo a partir de uma conjuntura maior, visto que a economia paranaense, como é afirmado em algumas vertentes da historiografia, incluindo Otávio Ianni, não tem a mesma representatividade no cenário nacional como a paulista²², por exemplo. Dessa forma, enfim, poderemos chegar até a região paranaense e ver como a introdução do trabalhador livre e europeu se deu na região, e suas singularidades.

Nesse sentido, como é muito bem pontuado no trabalho de Verena Stolcke e Michael Hall, inserir o imigrante europeu no cotidiano das fazendas foi um longo processo que contou com algumas tentativas até se chegar ao modelo mais apropriado. Em um primeiro momento, como a vinda do trabalhador era custeada por particulares e não pelo Estado, o imigrante chegava em território brasileiro com uma dívida inicial para com seu empregador. Essa dívida, que não era pequena - afinal envolvia o transporte do colono, muitas vezes acompanhado de sua família – só seria quitada

²⁰ AZEVEDO, 1987. *Op. Cit.*, pp. 21-22.

²¹ As considerações de Romero são retomadas por Azevedo, p. 70.

²² IANNI, 1962, p. 68.

através do trabalho do imigrante nas fazendas de café e do conseqüente lucro que o seu patrão teria com o seu serviço. Porém, como essa prática ainda era novidade para os dois lados dessa relação, os primeiros anos foram marcados por um descontentamento geral dos envolvidos: para o senhor porque não via a materialização dos lucros tão sonhados, e para o imigrante, que encontrava no trabalho rural brasileiro um sistema extremamente desvantajoso para si mesmo, com tratos ainda muito próximos aos da escravidão, que continuava existindo ao longo do território nacional.

A maneira pensada, em um primeiro momento, pelos fazendeiros para manter o novo trabalhador ligado à sua propriedade foi o sistema da parceria²³. Nele, o imigrante recebia um pedaço de terra cultivável dentro da grande propriedade do senhor, e teria autonomia para trabalhar da maneira como desejasse, desde que fizesse a sua parte nos cafezais e contribuísse para a manutenção dos mesmos. Os primeiros contratos dessa natureza datam de 1847, em uma fazenda próxima a Limeira/SP.²⁴ O relativo sucesso obtido com essa prática na tal fazenda do Senador Vergueiro fez com que outros senhores assimilassem a ideia e aplicassem, eles também, o sistema de parceria em suas terras. O problema apontado pelos autores é o da, cada vez maior e mais difícil de ser quitada, dívida; os contratos estabelecidos entre senhores e imigrantes eram quase que exclusivamente favoráveis aos primeiros²⁵, e muitos dos europeus, ao se depararem com a impossibilidade de quitar seus débitos, acabavam deixando de trabalhar para os patrões e passavam a cuidar, apenas, da sua pequena faixa de terra, cedidas a eles no início da parceria²⁶.

O projeto nacional em favor do branqueamento e substituição da mão de obra, apesar de defender a chegada de, cada vez mais, trabalhadores europeus ao país, não previu as conseqüências que isso traria para o mundo do trabalho e para a sociedade em geral. Logo de início, o fazendeiro que arcava com os custos da vinda desse trabalhador gostaria de, no mínimo, ser reembolsado pelo seu investimento. Mas esse retorno era ameaçado pela enorme quantidade de terras públicas desocupadas. De tal modo, o

²³ STOLCKE; HALL, 1984, p. 82.

²⁴ *Idem, ibidem.*

²⁵ *Idem*, p. 87.

²⁶ *Idem*, p. 92.

européu – que era livre – poderia se instalar nessas terras e deixar o senhor com seu prejuízo e defasado no número de trabalhadores em seu terreno²⁷.

Como a economia brasileira era fortemente baseada no café, ao menor sinal de descontentamento desses produtores, o governo intervia para que estes não fossem lesados a ponto de comprometer as safras. A Lei de Terras de 1850²⁸ visava, justamente, barrar a possibilidade de assentamento nessas faixas de terra e, assim, fixar o colono na terra do seu empregador até que sua dívida fosse quitada²⁹. Porém, os que eram contrários aos interesses dos grandes proprietários defendiam a doação de terras desocupadas para os imigrantes, de modo a incentivar a civilização do país com a vinda de imigrantes para cá³⁰.

Stolcke e Hall chamam atenção para a crescente perda de interesse que os europeus passaram a ter em relação à migração para o Brasil³¹. Embora não tivesse havido uma diminuição considerável no número de imigrantes a ponto de preocupar as autoridades locais, ela foi suficiente para os empregadores, repensarem os modos como lidavam com os recém-chegados. Mas até chegar a um sistema que fosse satisfatório para ambos, os fazendeiros se passaram a utilizar, a partir da década de 1860, de outra forma de contratação: a locação de serviços³². Esta tentativa também foi frustrada, pois os imigrantes continuaram abandonando os cafezais após o final da colheita. Os dois autores falam que o modelo que melhor se adaptou aos anseios dos imigrantes nesse momento foi aquele que, adotado no final da década de 1860: o colonato. Nesse, era fornecido ao imigrante um pedaço de terra de acordo com a quantidade de cafezais em que trabalhasse. Assim, o colonato incorporava em uma espécie de salário fixo pago ao

²⁷ STOLCKE; HALL, 1984, p. 85.

²⁸ A Lei de Terras consolidou os direitos da propriedade privada e procurou evitar que os imigrantes se tornassem proprietários ao instalar-se pura e simplesmente em áreas públicas.

²⁹ *Idem, Ibidem.*

³⁰ Apud STOLCKE; HALL, 1984, p. 85.

³¹ *Idem*, pp. 95-96.

³² *Idem*, p. 95. Nesse modelo, os imigrantes eram pagos mediante preços preestabelecidos por cada medida de café produzido.

imigrante, que não estava relacionado com o lucro obtido ou a quantidade de café produzido durante as colheitas³³.

A partir do final da década de 1870 as pressões dos fazendeiros paulistas para que o Estado subvencionasse a imigração se tornaram mais incisivas. Reunidos no Congresso Agrícola de 1878, eles argumentavam que não teriam como manter a vinda de imigrantes para o Brasil e continuar mantendo as lavouras com mão de obra escrava. Era um investimento muito alto e não podiam arcar com ele³⁴.

Não custa lembrar que a inserção do imigrante vai além da mera substituição da mão de obra. Celia Azevedo cita José Bonifácio e sua ideia de que o negro possuía um natural nível mental mais baixo que a população branca, devido sua vida selvática na África³⁵. Era praticamente imune a qualquer tentativa de civilização, mas que isso não deveria ser motivo para excluí-lo da sociedade; havia formas de integrar o negro, só precisava alguém descobrir como fazer isso.

Analisando a situação a partir desse viés, o escravo negro era considerado inapto para trabalhar em um mundo moderno e capitalista. Ele não só precisaria como também deveria ser substituído por outro tipo de trabalhador, agora livre e branco. A percepção desta necessidade, como considera Sidney Chalhoub³⁶, mostra o pensamento de parte da sociedade ao longo da segunda metade do século XIX. Além disso, a situação econômica europeia, em crise, só fez contribuir para a vinda de milhões de imigrantes para o Brasil.

1.3 – A escravidão no Paraná

No século XIX, a escravidão é um elemento importante da economia pecuária, ervateira e urbana do Paraná³⁷. A presença de escravos nas fazendas de criação e de

³³ STOLCKE; HALL, 1984, p. 100.

³⁴ *Idem*, p. 107.

³⁵ AZEVEDO, 1987, p. 41.

³⁶ CHALHOUB, Sidney. Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque; 2. Ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2001.

³⁷ IANNI, 1962, p. 65.

invernada é o fundamento do poder econômico de seus senhores, e as relações econômicas e sociais da ordem escravista se instauraram em Curitiba ao mesmo tempo em que as atividades produtivas acima citadas³⁸. Apesar das três serem de grande importância para o estudo da estrutura econômico-social da província, a economia ervateira é a que Ianni diz ser necessário melhor analisar, principalmente no que concerne à população negra da região.

Em princípios do século XIX, o grosso dos engenhos estava localizado no litoral paranaense, sendo a erva semielaborada transportada do planalto até a marinha para seu beneficiamento³⁹. Ao longo da primeira metade do XIX as unidades produtivas do mate centravam-se preferencialmente nas cidades ou em seus arredores, tanto que se os engenhos de mate, por algum motivo, se instalassem fora delas, ocasionavam uma imediata urbanização de seu entorno⁴⁰.

O beneficiamento do mate – que o processo no qual a erva-mate já pronta para ser utilizada pelos engenhos – durante o século XIX foi realizado, inicialmente, em engenhos de “soque”, movido à força humana. Segundo Ianni, nesse momento da produção, o braço escravo era um dos pilares básicos do engenho, sendo substituído apenas com a implantação do engenho movido por força hidráulica e vapor⁴¹. Em relação a esta questão, Magnus Pereira explica:

A nascente burguesia do mate, muito provavelmente por não ter em suas mãos uma atividade social e econômica dominante, seria levada precocemente a adquirir força de trabalho livre no mercado. [...] Essa “racionalidade econômica”, um tanto forçada pelas circunstâncias, daria aos patrões da indústria ervateira a possibilidade de reinversão dos seus lucros na tecnificação da produção, que se lhes afigurava menos onerosa do que a compra de escravos⁴².

É na segunda metade do século XIX que se vai notar uma diferença mais significativa entre São Paulo e Paraná no que se refere à escravidão⁴³. Segundo Pereira, enquanto a utilização de braços cativos na região paulista aumentou devido à larga expansão cafeeira, no Paraná ocorreu o inverso; tanto o declínio econômico dos Campos

³⁸ IANNI, 1962, p. 65.

³⁹ *Idem*, p. 72.

⁴⁰ PEREIRA, 1996, p. 11.

⁴¹ IANNI, 1962, p. 72.

⁴² PEREIRA, 1996, p. 52.

⁴³ *Idem*, p. 57.

Gerais, quanto os altos preços alcançados pelos escravos nas fazendas de café – por conta da proibição do tráfico atlântico – estimularam uma intensa transferência de escravos para São Paulo, modificando a demografia paranaense⁴⁴.

Em 1854, a população paranaense reunia 62.258 habitantes. Destes, 10.189 eram cativos - aproximadamente 16% do número total⁴⁵. Essa época representa um momento de inflexão no processo de utilização do trabalho cativo no Paraná, pois concomitante à manutenção de contingentes escravos em outras regiões do Brasil, há uma redução do número de cativos na província paranaense⁴⁶.

As transformações tecnológicas envolvendo a produção do mate operaram no sentido de expandir a economia ervateira: o engenho que era de soque passou a ser hidráulico, que, por sua vez, deu lugar ao engenho a vapor⁴⁷. Essas mudanças reduziram a área de participação escrava na produção e, segundo Ianni, até mesmo forçaram a sua substituição pelo trabalho livre⁴⁸.

O produto final passou a depender de um único trabalhador: o feitor, que detinha o conhecimento das fórmulas da composição do mate destinado a cada mercado. Mas mesmo esse feitor tenderia a desaparecer⁴⁹.

A expulsão⁵⁰ do escravo da economia ervateira ao longo do século XIX, segundo Ianni, é resultante das mudanças qualitativas da produção e da renovação tecnológica que se dá em decorrência do aumento das exportações desse produto. Para Ianni ocorreu uma paulatina substituição do escravo pelo trabalhador livre, exigência das inovações vistas na produção do mate⁵¹. Essa destituição do trabalho escravo na produção ervateira, para o autor, é um dos fundamentos do abolicionismo paranaense⁵².

Eduardo Spiller Penna critica essa visão de que o escravo não seria apto para lidar com os avanços da produção ervateira, e a agricultura em geral. Para ele se faz

⁴⁴ PEREIRA, 1996, p. 58.

⁴⁵ IANNI, 1962, *Op. Cit.*, p. 104.

⁴⁶ *Idem, ibidem.*

⁴⁷ *Idem*, p. 105.

⁴⁸ *Idem, ibidem.*

⁴⁹ PEREIRA, 1996, p. 55.

⁵⁰ IANNI, 1962, p. 106.

⁵¹ *Idem*, p. 107.

⁵² *Idem*, p. 110.

necessário questionar dois estereótipos recorrentes na historiografia que trata da escravidão: um deles é a já citada incompatibilidade do escravo com o sistema capitalista, voltado para obtenção de lucros em larga escala; e o outro é o de que praticamente não existiu escravidão no Paraná, principalmente em Curitiba⁵³.

Para esse autor, a utilização da mão de obra escrava no interior da produção da erva-mate foi bastante presente e significativo⁵⁴. Assim, sua abordagem vai de encontro às afirmações de Octávio Ianni e Magnus Pereira. Para Pena:

Constatou-se que nos derradeiros anos oitenta, os engenhos de mate possuíam o maior número médio de escravos por proprietário da economia Curitiba. Os dados desses inventários [de ervateiros escravistas das décadas de 1870 e 1880] vêm relativizar, assim, por completo, a interpretação de que a economia ervateira, particularmente a sua área de beneficiamento [...] havia expulsado os escravos de seu interior⁵⁵.

Pena partilha do pensamento de que a diminuição do contingente escravo na província paranaense é devido a condicionantes externos – a já citada Lei Eusébio de Queiroz, e o tráfico interprovincial – e não por uma presumível incapacidade do escravo de se adequar às inovações na sociedade⁵⁶.

Os números absolutos de escravos no Paraná nunca foram expressivos, principalmente quando comparados a regiões como a paulista e a baiana, por exemplo. Mas isso não significa que o escravismo paranaense tenha sido desimportante; a própria presença de pequenos planteis ao longo do território da província pode representar o “alargamento da base de sustentação política e social dessa forma coercitiva de expropriação do trabalho⁵⁷”. Já sobre a Comarca de Curitiba, Pena afirma que, a partir da análise de um livro contendo o registro de escravo, classificados para serem liberados pelo fundo de emancipação em 1875, o padrão de posse em escravos por senhor não sofreu profundas transformações nos últimos anos da escravidão, mantendo-se, até, com proporções muito parecidas com as das primeiras décadas do século XIX⁵⁸.

⁵³ PENA, Eduardo Spiller. *O jogo da face: a astúcia frente aos senhores e à lei na Curitiba provincial*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999. p. 7.

⁵⁴ *Idem*, p. 9.

⁵⁵ *Idem, Ibidem*.

⁵⁶ *Idem, Ibidem*.

⁵⁷ *Idem*, p. 31.

⁵⁸ *Idem*, p. 32.

Quantificando, temos a seguinte tabela indicativa de quantidade de escravos por proprietário na Comarca ao longo de parte do século:

ANO	1804	1824	1875
MÉDIA	5.3	4.0	3.0

Se levarmos em consideração os 50 anos de diferença entre 1824 e 1875, a diferença de escravos por proprietário é realmente muito baixa, principalmente levando-se em conta a proximidade com a Abolição. Pena também aponta que, em 1875, 41.1% dos proprietários possuía apenas um escravo⁵⁹, ilustrando o que havia dito anteriormente de vários pequenos planteis ao longo do território.

Para Eduardo Pena, Otávio Ianni considera o escravo como um ser inerte, passivo e completamente subjugado ao seu senhor. As ideias de Pena também entram em conflito com as de Wilson Martins, sobretudo por este autor ter ressaltado a inexpressividade da escravidão no Paraná. De fato, Martins afirmou nos anos 1950 que, pelo fato de os números de escravos na província serem baixos, estes não tinham importância para a configuração da sociedade paranaense⁶⁰. Além disso, o autor ressaltou a presença europeia no Paraná do século XIX, julgando ser esse o principal diferencial da região para outros locais do Brasil.

1.4 – Imigração em território paranaense

Embora não se possa concordar com a conclusão de que a escravidão foi irrelevante para a história do Paraná, não é possível desconsiderar o peso que a imigração teve para a região. Apenas um ano após o desligamento com São Paulo, em 1855, a política de povoamento paranaense se fez com uma abertura bastante grande para o trabalhador europeu⁶¹. Essa facilidade encontrada pelos imigrantes, segundo Wilson Martins, foi um dos pilares da história social do Paraná, diferente de outros

⁵⁹ PENA, 1999, p. 38.

⁶⁰ MARTINS, Wilson. *Um Brasil diferente*; 2. Ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1989. p. 129.

⁶¹ *Idem*, p. 65.

lugares do Brasil justamente por esse enorme número de europeus que chegaram à região⁶².

Porém, é fato de que as elites agrárias paranaenses não estavam completamente convictas de que o imigrante seria um bom substituto⁶³ já que conheciam a índole desses trabalhadores e, de certa forma, duvidavam do sucesso destes em suas lavouras. Mas se não partiu das elites a ideia de trazer imigrantes europeus para trabalhar nas lavouras, de onde veio? Pereira, responde essa pergunta contrapondo as imigrações ocorridas em São Paulo e no Paraná: no primeiro caso, houve, de fato, um projeto pensado para a substituição da mão de obra, seja ele voltado para a origem branca do novo trabalhador, ou na sua capacidade em lidar com as novas exigências do mercado; já no segundo, as autoridades viram a imigração como uma forma de “trocar” os indivíduos das classes baixas, pois, assim, toda a barbárie e selvageria que são atreladas à escravidão, seriam esquecidas e a sociedade poderia seguir adiante⁶⁴.

Segundo Martins, é impossível quantificar ao certo o número de estrangeiros que se alojaram no Paraná. Muito menos a suas nacionalidades exatas, mas afirma que a vinda destes contribuiu muito para o desenvolvimento da região, e que foram raros os casos de pessoas que se colocaram contrários à chegada deles – tal pensamento era movido por nada além de pura xenofobia⁶⁵. Para o autor, a política de imigração no Paraná se deu sem qualquer traço de discriminação racial, ideológica e religiosa⁶⁶.

Havia, porém, problemas⁶⁷ relacionados à vinda desses imigrantes: na prática, as coisas tenderam a sair um pouco do controle por conta da pobreza de recursos que o Paraná tinha para oferecer. Muitos dos que chegavam não pretendiam se fixar nas áreas rurais, pois tinham ofícios urbanos; outros não puderam superar as dificuldades impostas à produção na terra e, assim, muitos tenderam a abandonar a vida no campo e

⁶² MARTINS, 1989, p. 128.

⁶³ PEREIRA, 1996, pp. 78-79. O autor não usa a palavra “substituto”, visto que afirma terem, ambas as categorias, trabalhado junto, muitas vezes exercendo as mesmas funções, tanto no campo quanto na cidade

⁶⁴ *Idem*, pp. 90-91.

⁶⁵ MARTINS, 1989, p. 74.

⁶⁶ *Idem, Ibidem*.

⁶⁷ *Idem*, p. 79.

partir para os centros urbanos, sobretudo para Curitiba. Ali iriam se encontrar com os escravos, com os quais partilhariam grande parte das experiências de inserção no mercado de trabalho. Sobre isso falaremos no capítulo a seguir.

2. ESCRAVOS E IMIGRANTES NO AMBIENTE URBANO

O presente capítulo tem como eixo central a análise de alguns aspectos da vida dos escravos e dos imigrantes em ambiente urbano ao longo do século XIX, retomando-os a partir da bibliografia que estudou as experiências destes sujeitos nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Curitiba. A partir desta literatura poderemos, no capítulo posterior, interpretar as fontes arroladas para a pesquisa, observando o que elas sugerem ou revelam sobre tais experiências.

Inicialmente abordaremos o desenvolvimento das cidades ao longo do século XIX e as consequências imediatas dessas mudanças para os trabalhadores, fossem eles cativos ou livres. Essas mudanças acarretaram uma nova configuração populacional e exigiu da sociedade a adaptação a novos costumes e hábitos, relacionados com o tal desenvolvimento.

Da mesma maneira como ocorreu no capítulo anterior, aspectos relacionados com a vida em ambientes urbanos - escravidão, e inserção do trabalhador livre - também serão analisados em outras cidades, como Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador. Mesmo com as diferenças existentes entre esses centros e a cidade de Curitiba, é possível captar e entender muito desse cenário de desenvolvimento das cidades, ao pensar outros ambientes urbanos.

2.1 – Desenvolvimento urbano no Século XIX

Ao longo do capítulo anterior foi retratada a preocupação de uma parcela da sociedade brasileira em “atualizar” o país, e parte desse processo se baseava na substituição da mão de obra. A escravidão era tida como um empecilho para a modernização, uma espécie de barreira a ser superada. Não era uma visão compartilhada por todos no início das discussões, mas cada vez mais ganhava adeptos e força no cenário político brasileiro. Juntamente com o desejo de modernizar as relações de trabalho, havia também a necessidade de modernizar o país como um todo, partindo dos principais centros urbanos.

O pesquisador Benício Viero Schmidt possui um trabalho que trata justamente do planejamento urbano ao longo do século XIX. É uma pesquisa que aborda o desenvolvimento econômico e cidadão brasileiro no decorrer do século, relacionando diretamente essas mudanças à expansão da economia cafeeira. De acordo com este autor, a aplicação da Lei Eusébio de Queirós, que a partir de 1850 pôs fim ao tráfico negreiro, possibilitou a reutilização do capital, que, ao invés de ser aplicado na compra de escravos, passou a ser investido em outros empreendimentos, dentre eles a construção de ferrovias no território nacional⁶⁸.

Já em 1854 foi inaugurada a primeira ferrovia brasileira; contava com 14 km de extensão e ligava o Rio de Janeiro a Petrópolis. Segundo o autor, essa ferrovia não possuía caráter econômico; ela servia à Casa Real em Petrópolis, área e equipamento de lazer do Imperador D. Pedro II⁶⁹. Portanto, não é, exatamente, o tipo de construção que interessa no momento.

A necessidade de linhas férreas no Rio de Janeiro e em São Paulo era de primeira grandeza. A produção de café nessas províncias já ultrapassava, em muito, suas capacidades de transporte. Schmidt diz que os paulistas ainda levavam certa vantagem resultante da infraestrutura da economia açucareira⁷⁰, mas que, mesmo assim, não era o suficiente. Em 1855 já se via um clamor das elites locais pedindo a construção de ferrovias. Pedido que deu resultado: no ano seguinte, foi concedido o direito de criar uma ferrovia que ligasse Santos a Jundiaí. E, doze anos depois - em 1867 - a mesma foi inaugurada⁷¹.

Essa data é um marco na história dos bairros que se localizam ao longo dessa estrada de ferro; as transformações vistas em locais próximos à estrada são bastante expressivas comercial e industrialmente. A facilidade de acesso e locomoção nesse momento atrai um grande número de pessoas de diversas classes sociais, ocasionando

⁶⁸ SCHMIDT, Benício Viero. “A Modernização e o Planejamento Urbano Brasileiro no Século XIX”. Trabalho originalmente apresentado no 43º Congresso dos Americanistas. Vancouver, Canadá. Agosto de 1979, disponível em <http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/viewArticle/84>, consultado em 10/01/2013. p. 22.

⁶⁹ *Idem*, p. 21.

⁷⁰ *Idem*, p. 23.

⁷¹ *Idem, ibidem*.

um surto demográfico conforme esses locais se desenvolvem, na segunda metade do século XIX⁷². A ferrovia proporciona um desenvolvimento fabril nas regiões e a demanda por mão de obra atrai um número significativo de pessoas, nacionais ou estrangeiros.

A construção das ferrovias possuía um caráter quase que exclusivamente privado⁷³ – o Estado mais executou concessões do que regulou as construções de ferrovias – e isso possibilitou a criação de novos investimentos. Ao longo da malha ferroviária recém-criada, os cafeicultores investiram em novas terras, criando bancos e casas de comércio. Segundo o Schmidt, não foi uma revolução dos centros urbanos já existentes⁷⁴, afinal o desenho das cidades já existentes permaneceu inalterado. Porém, não é a mesma opinião de Keite Lima; segundo a autora, a presença de ferrovias transformou e valorizou os núcleos urbanos; ela, que trata em seu texto da cidade de Alagoinhas, na Bahia, afirma que este centro recebeu um papel de grande destaque na região, em meados do século XIX por conta da chegada da estrada de ferro⁷⁵. As modificações trazidas pela malha ferroviária, já nas décadas finais do século, aceleraram o desenvolvimento do município, muito em virtude da incorporação de novas práticas comerciais, estimuladas pela chegada de uma variedade maior de produtos, e também pelo aumento da população, visto que o número de imigrantes nesses centros cresceu com a melhoria nos meios de transporte⁷⁶. A criação dessa teia de estradas de ferro ao longo do país, de certa forma, polarizou a população nacional nos centros urbanos.

⁷² CARVALHO FILHO, Luana. “Transformações urbanas recentes nas antigas áreas industriais de São Paulo ao longo dos eixos ferroviários”. In: *XI Seminário de História da Cidade e do Urbanismo*, v. 11, n. 5, Vitória, ES; 2010. Disponível em <http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/view/1413/1386>. Consultado em 08/01/2013. p. 4.

⁷³ *Idem*, p. 24.

⁷⁴ *Idem*, p. 25.

⁷⁵ LIMA, Keite Maria Santos do Nascimento. “Cidade, Ferrovia e Modernização: contribuições da Estrada de Ferro Bahia ao São Francisco para a modernização da cidade de Alagoinhas” – 1860/1920. In: *XXIV Simpósio Nacional de História*. São Leopoldo, RS; 2007. Disponível em <http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S24.1265.pdf>. Consultado em 08/01/2013. p. 4.

⁷⁶ *Idem*, p. 5.

A segunda metade do século XIX é marcada pelo “surto” ferroviário em várias províncias do país. Além de São Paulo – que já foi citada com a construção da ferrovia entre Santos e Jundiaí – e Bahia – com a estrada de ferro de Alagoinha – Rio de Janeiro e Minas Gerais também gozaram da mesma transformação. De acordo com Emília da Costa, em Minas, o processo foi mais lento e dificultoso – muito por conta do relevo montanhoso que ligava os grandes centros dessa província. Já no Rio de Janeiro, o ritmo foi mais febril: em 1882, a província do Rio de Janeiro possuía 1.634 quilômetros de estradas de ferro construídos, além de outros 289 em construção. São Paulo, por exemplo, tinha, na mesma época, 1.400 quilômetros⁷⁷. Quando somadas a quantidade de estradas construídas dessas três províncias – Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo – chega-se no total de 3.482 quilômetros, enquanto que todo o resto do país possuía 1.421 quilômetros⁷⁸.

A criação dessas ferrovias teve influência direta na utilização da mão de obra livre no país. Ainda segundo Schmidt, além de possibilitar a fuga de inúmeros escravos, a construção da malha ferroviária foi elemento central na vinda de imigrantes europeus para trabalhar em fazendas brasileiras no final do século XIX⁷⁹. Porém, o autor não deixa claro de que forma o europeu é atraído por essa modernização do meio de transporte: se é por conta da necessidade de mais braços pra se trabalhar na produção de café, agora devidamente escoada, ou se para trabalhar na própria criação de ferrovias. Costa desenvolve, justamente, a versão na qual os trabalhadores livres são mais utilizados nas fazendas:

Com a intensificação do processo já iniciado anteriormente, pelo qual a fazenda autossuficiente, que, além do café, produzia grande parte do necessário ao consumo, cedeu lugar à fazenda monocultora, pôde-se dispensar parte da mão de obra anteriormente dedicada ao cultivo de víveres e outros produtos. O próprio ritmo de trabalho foi alterado⁸⁰.

A mudança citada por Emília Costa diz respeito à utilização de mão de obra livre, ao invés da escrava, nas fazendas de café. A ampliação das estradas de ferro, além de modernizar os centros urbanos, surtiu o mesmo efeito sobre o sistema cafeeiro. A mecanização do campo, como é citada pela autora, juntamente com o preço cada vez

⁷⁷ COSTA, Emilia Viotti da. *Da senzala a colônia*. São Paulo: Editora da Unesp, 1998. p. 201.

⁷⁸ *Idem, ibidem*.

⁷⁹ SCHMIDT, 1979, p. 26.

⁸⁰ COSTA, 1998, p. 202.

mais alto do escravo, fez com que o trabalhador cativo no campo fosse, paulatinamente, preterido pelo imigrante europeu que chegava ao país.

Precisamente sobre Curitiba, o número de imigrantes é bastante grande. Frente a esse aumento da população, ao longo da segunda metade do século XIX, as autoridades precisaram se empenhar para melhorar os métodos de controle da sociedade e, também, de alguma forma, garantir trabalho a esses imigrantes. O que Roberto Lamb fala é que houve, inclusive, ordens provinciais para que autoridades, ao perceber colonos pobres e sem meios de sustento, lhes arrumasse algum emprego⁸¹. A construção de obras públicas, estradas e ferrovias são exemplos de trabalhos cedidos a imigrantes pobres.

Mesmo sendo uma providência que tinha como intuito primário “obviar o mal⁸²”, representado pela grande aglomeração de imigrantes sem emprego e condições de se manter, a utilização dessa parcela da população em tais obras foi fundamental para a execução das mesmas. A estrada de ferro que liga Curitiba a Paranaguá, criada na década de 1880, por exemplo, é, em grande parte, fruto do trabalho dos imigrantes.

É uma teia de relações bastante complexas essa formada pelo número de trabalhadores e uma rede de transportes deficitária. Já foi feita a associação entre a construção de ferrovias e o projeto de desenvolvimento urbano; também a relação entre os imigrantes sem trabalho e a construção dessas ferrovias e estradas. Mas um ponto que é interessante notar é: de que maneira se iniciou esse contato entre as partes. Lamb utiliza a colônia do Assungui, em meados dos anos 1870-1880, em determinado momento de seu trabalho para falar que:

sérias ameaças pairavam sobre aquela colônia: a falta de estradas ligando-a aos mercados consumidores de seus produtos impedia a concretização do sonho de seu desenvolvimento; muitos colonos imigrantes – sobretudo ingleses, dizia-se – estavam abandonando suas terras, em busca de trabalho na Capital⁸³.

⁸¹ LAMB, Roberto Edgar. “Semeadores Dissonantes: imigrantes e policiais na província do Paraná – Século XIX”. In: *Revista de História Regional*; 1996. Disponível em <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/viewFile/2018/1501>. Consultado em 19/01/2013. p. 104.

⁸² *Idem, Ibidem.*

⁸³ *Idem*, p. 94.

A reconstrução da Estrada da Graciosa, em 1876, é outro exemplo de como o desenvolvimento das cidades está diretamente conectado com a melhoria dos meios de transporte e das estradas em si. Essa estrada que liga Curitiba ao litoral melhorou não só o escoamento da produção de mate, como também transferiu vários engenhos do litoral para o primeiro planalto. Por exemplo, a maior proximidade entre a produção e seu destino final possibilitou uma série de melhorias na produção do mate⁸⁴.

Fato é que o desenvolvimento dos centros urbanos possui uma ligação bastante próxima com a proibição do tráfico negreiro internacional para o Brasil. A Lei Euzébio de Queiroz, ao considerar ilegal e ato de pirataria a importação de escravos para território nacional fez com que, tanto o Estado quanto fazendeiros, repensassem a forma de suprir a demanda de mão de obra no Brasil. O valor do escravo aumentava conforme sua disponibilidade diminuía. Também, como já foi citada, a mecanização do campo afastava ao poucos o escravo dessa forma de trabalho. O trabalhador cativo, por grande parte da sociedade, era tido como incapaz de se adequar às inovações das técnicas de produção. A vinda de trabalhadores livres da Europa para o país, principalmente após a década de 1850, modificou consideravelmente os números demográficos nas províncias, e não somente no campo, para onde foram pensados inicialmente; nos centros urbanos, os imigrantes – e também os escravos que se afastaram do campo – se tornaram cada vez mais presentes e importantes para o andamento da sociedade brasileira.

2.2 – Os escravos no ambiente urbano

Não são poucos os autores que ressaltam a importância dos escravos em ambientes urbanos brasileiros no século XIX. Grandes centros como Rio de Janeiro e Salvador são focos de estudos acerca dessa inserção dos cativos nas cidades. Um dos estudos que mostra a importância do trabalho dos escravos nas cidades e como eles eram imprescindíveis para seu funcionamento é o de Mary Karasch, que dedica um capítulo inteiro de seu livro para falar sobre as mais variadas funções que escravos exerciam durante o período, demonstrando a importância destes no interior da cidade do Rio de Janeiro. As colocações da autora mostram que não se sustenta as considerações, feitas na perspectiva dos senhores, de que os escravos só poderiam realizar atividades

⁸⁴ PENA, 1999, p. 99.

manuais e servir de bestas de carga. Esta, segundo a autora, é uma visão bastante simplista sobre esses trabalhadores, algo que ela demonstra ao longo de seu capítulo.

A escravidão urbana possui uma dinâmica diferente daquela vista nas zonas rurais. Ana Ribeiro Costa divide em três os grupos em que se pode inserir os cativos que vivem e trabalham na cidade de Salvador: escravos de ganho, escravos de aluguel e escravos domésticos. Os dois primeiros são comumente diferenciados entre si no detalhe de que os escravos de ganho tem a possibilidade de guardar para si parte do pagamento que recebiam, enquanto que os de aluguel, não; todo dinheiro era devido ao seu senhor. Os escravos domésticos, por sua vez, não gozavam de nenhum tipo de pagamento⁸⁵. Porém, essas divisões não são infalíveis; Costa diz que os escravos podiam muito bem variar entre elas sem acarretar algum tipo de problema para a sociedade, visto que, para seu senhor, o que importava de fato era o lucro obtido com seu trabalho⁸⁶.

Enquanto escravo de ganho, o indivíduo deve uma quantia semanal pré-estabelecida para o senhor. Aquilo que excedesse esse valor poderia ser apropriado pelo escravo. Para exercer o ganho, o escravo necessitava de uma licença concedida pela Câmara Municipal. Essa informação é verdadeira tanto em Salvador quanto no Rio de Janeiro, com a diferença de que na região baiana, a licença tem a duração de um ano⁸⁷, e na carioca, um mês⁸⁸. A licença consistia no fornecimento do nome e endereço do senhor dono do escravo, e também nome, ocupação a exercer, e procedência do cativo. Caso liberada, havia ainda um valor de 1\$000⁸⁹ réis a ser pago por cada trabalhador que quisesse liberar ao ganho. A rentabilidade em possuir escravos e fornecê-los ao ganho

⁸⁵ COSTA, Ana de Lourdes Ribeiro da. “Espaços Negros: “cantos” e “lojas” em Salvador no Século XIX”. In: In: *Cadernos do CRH (Cantos e toques; etnografias do espaço negro na Bahia)*; 1991. Disponível em <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/2097/1/CadCRH-2007-391.pdf>. Consultado em 09/01/2013. p. 18.

⁸⁶ *Idem*, p. 19.

⁸⁷ *Idem, Ibidem*.

⁸⁸ TERRA, Paulo Cruz. *Tudo que transporta e carrega é negro? Carregadores, cocheiros e carroceiros no Rio de Janeiro (1824 – 1870)*. 2007. 120 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em http://www.historia.uff.br/stricto/teses/Dissert-2007_TERRA_Paulo_Cruz-S.pdf. Consultado em 10/01/2013. p. 34.

⁸⁹ Valor conhecido apenas para a cidade do RJ.

era tamanha, que muitos pequenos proprietários prosperaram ao investir nesse negócio. Especula-se que o tempo que leva para recuperar o investimento feito no escravo gira em torno de 3 a 4 anos⁹⁰. É importante salientar que, até a Lei do Ventre Livre, em 1871, não havia nenhuma lei escrita que garantisse a relação do escravo de ganho com seu senhor. Acontecia uma espécie de acordo entre cavalheiros, e as fontes utilizadas pelos autores que tratam do tema, informam que esses acordos eram geralmente respeitados⁹¹.

O sistema formado por negros de ganho é visto como fundamental para o funcionamento de uma cidade como Salvador, de cunho basicamente comercial-escravista. Porém, a relativa liberdade adquirida por esses escravos nos centros urbanos, só foi possível na medida em que o poder público assumiu o papel de controle direto desses trabalhadores⁹². Manter a ordem e a solidez da sociedade urbana, para esse poder público, passava pelo processo de controlar os escravos. Seja com leis e decretos baixados, ou com a ação policial nas ruas. Há o exemplo de algumas leis que procuravam manter os escravos dentro do controle da sociedade, dentre elas:

“Art. 6º. Todo escravo que for encontrado das 7 horas em diante sem escrito de seu senhor, datado do mesmo dia, no qual declara o fim a que vai, sofrerá 8 dias de prisão, dando-se parte do senhor⁹³.”

A necessidade de formatar a cidade reflete, parcialmente, no fato de serem os escravos de ganho aqueles que mais fugiam. Em Salvador, já em 1831, precisamente no dia 25/02 desse ano, é levantada uma postura que proíbe batuques, danças e ajuntamentos de escravos⁹⁴. Simultaneamente eram fundamentais para ao funcionamento da cidade e uma ameaça constante para a ordem estabelecida.

Paulo Cruz Terra alerta, ainda, para o cuidado de não inserir em uma mesma massa homogênea todos os negros de ganho. Seu trabalho analisa a cidade do Rio de Janeiro entre 1824 e 1870 e foca, principalmente, no trabalho de carregadores, negros

⁹⁰ COSTA, 1991, p. 19.

⁹¹ SOARES, Cecília Moreira. “As Ganhadeiras: mulher e resistência negra em Salvador no Século XIX”. In: *Afro-Ásia*, v. 17. Salvador, CEAO-UFBA, 1996. Disponível em http://www.afroasia.ufba.br/pdf/afroasia_n17_p57.pdf. Consultado em 10/01/2013. p.57.

⁹² COSTA, 1991, p. 20.

⁹³ TERRA, 2007, p. 36.

⁹⁴ COSTA, 1991, p. 21.

em sua maioria, e nos cocheiros e carroceiros, esses majoritariamente brancos e europeus. Terra diz que entre os próprios negros existia uma hierarquia relacionada ao ganho recebido, ao trabalho executado e entre diferenças culturais e étnicas⁹⁵.

No Rio de Janeiro, as funções de transporte eram praticamente monopolizadas pelos cativos; e, dentre os próprios cativos, eram monopolizadas pelos escravos de ganho. Estes geralmente trabalhavam fora da casa do senhor, podendo ser artesãos, lavadeiras, engomadeiras e uma série de outras funções. Mas é geralmente no transporte, como carregadores, estivadores, ou transportadores relacionados ao comércio⁹⁶ que esses cativos encontram suas vidas nas cidades.

Com o exponencial aumento da população nas primeiras décadas do século XIX, brancos pobres também exerceram a função de carregadores de água⁹⁷, mas em proporção imensamente menor. Além de água, os carregadores exerciam várias outras funções: nos portos, como estivadores; carregadores de dejetos; de seus próprios senhores em redes ou cadeiras; produtos, enfim, juntamente com animais de carga, eram o meio de transporte vigente⁹⁸. Os trabalhadores típicos de porto tinham em comum serem de “caráter avulso”, ou seja, não tinham a garantia de ser contratados sempre, e recebiam apenas pelo dia trabalhado. A dureza e a insegurança quanto ao trabalho diário ajudou a criar uma forte solidariedade entre os escravos, sendo comum a criação de grupos de trabalhos que trabalhavam para comprar, um a um, a liberdade de todos os membros do grupo⁹⁹. Marcelo Mattos chega até a dizer que os primeiros sindicatos dos trabalhadores do porto, surgidos no início do século XX possuem características desse período da escravidão ainda muito visíveis, com várias continuidades, como o quadro social composto basicamente por negros.

⁹⁵ *Apud.* TERRA, 2007, *op. cit.*, pp. 15-16.

⁹⁶ COSTA, 1991, p. 19.

⁹⁷ KARASCH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo, Cia das Letras, 2000. p. 266.

⁹⁸ *Idem*, p. 267.

⁹⁹ MATTOS, Marcelo Badaró. “Experiências comuns: escravizados e livres no processo de formação da classe trabalhadora no Brasil”. In: *XXIV Simpósio Nacional de História*. São Leopoldo, RS; 2007. Disponível em <http://snh2007.anpuh.org/resources/content/anais/Marcelo%20Badar%C3%A9%20Mattos.pdf>. Consultado em 13/01/2013. p. 6.

A autonomia dos escravos de ganho pode ser percebida no fato de que eles decidiam como exercer os seus trabalhos. Havia o controle do poder público e regras estabelecidas, mas o trabalho em si ficava a critério do cativo¹⁰⁰. Em decorrência dessa “liberdade” gozada pelo escravo, houve a criação dos chamados “cantos”. Ana Ribeiro Costa explica esses “cantos” como sendo ajuntamento de ganhadores – termo também utilizado para se referir a negros de ganho – sejam escravos ou libertos, onde clientes poderiam os procurar para requerer seus serviços. Enquanto ficavam à espera de trabalho, os escravos teciam chapéus de palha, faziam pequenos cestos, trançavam correntes de fio de ferro para papagaios, gaiolas, pulseiras, objetos de couro incrustados com conchas, enfim, exerciam suas habilidades em outros meios, e não somente em serviços de transporte¹⁰¹.

As mulheres escravas também eram de grande importância nesse cenário urbano. Praticamente dominando o mercado ambulante das ruas, as negras ganhadeiras vendiam diversos produtos, como peixes, verduras, frutas, doces, tecidos, louças e perfumes¹⁰². O modelo de ganho entre homens e mulheres era o mesmo; devia-se uma parte fixa para o senhor e o excedente fica com a cativa. A principal diferença entre homens e mulheres, cativos, no ganho está nos valores relacionados a seus serviços. Cecília Soares, que também estuda aspectos da escravidão em Salvador, diz que um carregador de cadeira pagava ao seu senhor, uma diária de 400 reis; enquanto que para uma lavadeira ou engomadeira o valor era de 240 réis, aproximadamente a metade¹⁰³. De maneira igualitária entre os sexos, as negras também apareciam entre as preocupações das autoridades:

Art. 31º. Fica proibido andarem pretas de ganho dentro da praça, e os escravos que aliforem mandados por seus senhores fazer compras, não deverão se demorar além do necessário para efetuá-las e o fiscal os mandará dispersar¹⁰⁴.

Os cativos também estão presentes nas fábricas das cidades. É verdade que poucos estavam submetidos a produções em larga escala – a maioria dessas fábricas

¹⁰⁰ COSTA, 1991, p. 22.

¹⁰¹ COSTA, 1991, pp. 22-23.

¹⁰² *Idem, ibidem.*

¹⁰³ SOARES, 1996, p. 58.

¹⁰⁴ *Apud* TERRA, 2007, *op. cit.*, p. 36.

empregava cerca de 20 escravos, geralmente processando alimentos ou matéria-prima¹⁰⁵ - mas eram considerados os trabalhadores com as piores condições de trabalho da cidade. Nas fábricas de charuto, por exemplo, além das jornadas de trabalho desproporcionais, o contato com elementos prejudiciais à saúde provocou doenças e mortes em muitos desses escravos envolvidos na produção. Em um primeiro momento, defendeu-se que não havia relação entre os fatos, versão que foi revista posteriormente.

Mesmo nas cidades, era comum ver escravos agricultores: além daqueles que apenas acompanhavam seus senhores no traslado entre suas propriedades rurais e urbanas, havia também os que trabalhavam nas hortas dos quintais das casas de particulares¹⁰⁶. Segundo Karasch, um grupo especial de escravos exercendo esse tipo de tarefa esteve, inclusive, ligado ao Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Em 1844, havia 72 escravos empregados no plantio e cultivo de plantas exóticas e chás no Jardim Botânico¹⁰⁷.

A presença do escravo em tantas frentes de trabalho causou reação por parte de senhores menos abastados. No início do século, estes se viram ameaçados pelos escravos que aprendiam profissões especializadas. Apesar dos protestos, os cativos continuaram aperfeiçoando suas técnicas enquanto artesãos, sapateiros, alfaiates, etc. Sua adaptabilidade a essas profissões era tamanha que Karasch os coloca à frente dos europeus recém-chegados, já que estes últimos não tinham o contato com essas profissões em seus países de origem que os cativos tinham aqui no Brasil¹⁰⁸. Existiam outras muitas profissões exercidas por escravos no Rio, também citadas pela autora, mas o importante a ser salientado dessa obra é a presença maciça de cativos no interior das cidades, exercendo funções variadas e fazendo a economia girar até as últimas horas da escravidão.

Marcelo Badaró Mattos, afirma que a trajetória dos escravos nas cidades do país é um importante elo para se analisar a formação da classe trabalhadora nacional. Até meados dos anos 1850, o trabalho escravo não era predominante apenas nas zonas

¹⁰⁵ KARASCH, 2000, p. 273.

¹⁰⁶ *Idem*, p. 261.

¹⁰⁷ *Idem, ibidem*.

¹⁰⁸ *Idem*, pp. 276-77.

rurais; em 1849 a cidade do Rio de Janeiro apresentava uma população de 266.466 pessoas, sendo que, destes, 110.602 eram escravos¹⁰⁹. O fim oficial do tráfico, dado em 1850, colaborou para a queda desse número ao longo das décadas seguintes, mas ainda em 1872, a mesma cidade apresentava 20% de escravos entre sua população total. O autor aproveita para citar a cidade de Salvador também, ao dizer que, lá, antes do final do tráfico, 42% da população era cativa¹¹⁰. No Paraná, em números absolutos, a quantidade de escravos sempre foi menor do que no Rio de Janeiro, São Paulo ou Bahia. Esse número era menor no campo, mas, sobretudo nas cidades. Em 1854, Curitiba conta com uma população de 6.213 livres e 578 escravos¹¹¹; apenas 9% do total.

Eduardo Pena mostra que em 1875 mais da metade da população cativa de Curitiba – 52,7% – ocupava-se de atividades rurais. O termo “rural” nesse momento servia para exemplificar todo tipo de trabalho na terra. O grupo profissional “doméstico” – cozinheiros(as) e copeiros (as), por exemplo – aparece em segundo lugar com 42,4% do total. Do restante, menos de 5% da população escrava exercia atividades estritamente urbanas, como jornaleiros, carroceiros, lavadeiras e negros de ganho em geral¹¹².

Magnus Pereira registra que a partir de 1861 os escravos eram costumeiramente levados para os centros por seus senhores – segundo o autor, ervateiros e fazendeiros que cada vez lucravam menos com essas práticas e tomaram o caminho da cidade tentando melhor sorte.¹¹³ Uma forma de produzir rendimentos era empregar os escravos como negros de ganho ou alugá-los. O valor recebido pelo ganho desses escravos foi a forma que o antigo fazendeiro/ ervateiro encontrou de continuar lucrando com a escravidão¹¹⁴.

A importância da população escrava na cidade de Curitiba se evidencia pela legislação destinada a controlar essa fração da sociedade. No início do século XIX, por exemplo, o estado já demonstrava uma menor predisposição em punir o escravo de

¹⁰⁹ MATTOS, 2007, p. 3.

¹¹⁰ *Idem*, p. 3.

¹¹¹ IANNI, 1962, p.104.

¹¹² PENA, 1999, p. 64.

¹¹³ PEREIRA, 1996, pp. 87-88.

¹¹⁴ *Idem*, p. 88.

maneira diferente de como punia o livre¹¹⁵. Em 1829 as discussões no plenário curitibano já não se faziam sem animosidades. Propostas com o intuito de igualar o que era diferente dividiam os vereadores; enquanto que parte defendia as penas igualitárias entre escravos e livres, outros queriam a manutenção do modelo vigente, que compreendia em castigos físicos aos escravos transgressores. Magnus Pereira diz que, ao final de uma sessão de vereadores decorrida no dia 7 de setembro desse ano, decidiu-se por manter o chicote como pena para escravizados, uma vez que penas de outras ordens, como a prisão, não seria um castigo próprio para o escravo, mas sim para seu senhor, privado dos lucros que receberia com o trabalho deste¹¹⁶.

O grande detalhe que Magnus Pereira exalta nesse contexto curitibano é que os escravos raramente aparecem sozinhos nas menções oficiais. Libertos e criados livres faziam parte do mesmo estrato na sociedade que os cativos¹¹⁷. Tal fato reflete diretamente na criação e manutenção de leis voltadas para o controle da população. Logo após a emancipação política do Paraná, o que se vê é uma constante atualização das leis voltadas para esse problema: em 1861, a Câmara dos Deputados aprova uma lei que, apesar de manter os castigos físicos a escravos infratores, reduz o uso do chicote para o da palmatória:

Art. 88 – Andarem os escravos pelas ruas depois do toque de silêncio, sem bilhete de seu senhor, não sendo por um motivo justo: pena, vinte e cinco palmatoadas na grade da cadeia: esta pena poderá ser comutada em 4 a 6\$000, a requerimento do senhor do escravo¹¹⁸.

A mesma infração citada acima, em 1877 deixa de contar com o castigo físico a ser desferido no escravo, ficando apenas a opção de prisão, mas com possibilidade de comutação da pena no pagamento da multa, que manteve o valor¹¹⁹.

O conjunto de punições pensadas exclusivamente para práticas e costumes escravos era pequeno. Apenas duas leis puniam os escravos por atos que lhes eram específicos: uma por saírem a noite sem licença de seus senhores e outra por utilizar

¹¹⁵ PEREIRA, 1996, p. 65.

¹¹⁶ *Idem*, p. 66.

¹¹⁷ *Apud* PEREIRA, 1996, *op. cit.*, p. 68.

¹¹⁸ *Idem, ibidem*.

¹¹⁹ *Idem*, p. 69.

para outros fins, esmolas obtidas a pretexto de alforria¹²⁰. As outras leis punitivas, em geral, ligavam de algum modo o escravo com o trabalhador livre mais pobre. Seja por se encontrarem realizando festas ou encontros, se relacionando de alguma forma, comercialmente, por exemplo, ou por se desfazer do escravo de uma maneira não prevista pela lei.

Importante nesse momento é perceber que no contexto dos anos em que se notou uma forte migração do campo para centros urbanos – segunda metade do século XIX, principalmente - ocorreu um aumento do número de escravos na cidade que, junto com outros grupos sociais, comporiam os “estratos inferiores” da sociedade.

2.3 – Os imigrantes e a nova “classe baixa”

Um grupo social que, juntamente com escravos e com nacionais livres (muitos deles libertos), habitou as cidades – sobretudo Rio de Janeiro, São Paulo e Curitiba - e nelas trabalhou na segunda metade do século XIX era formado por imigrantes europeus. O número de imigrantes na cidade de Curitiba cresceu significativamente ao longo do século XIX. Como mostra Martins:

Durante a Comarca (1829-1853).....	460
Durante a Província (1853-1889).....	19.215
Durante o Estado (1889-1934).....	81.656 ¹²¹

O que se percebe é um crescimento acentuado da presença desses trabalhadores, principalmente, no período após a proibição do tráfico negreiro. Como o projeto inicial visava a colonização de terras desocupadas do território paranaense, o europeu era visto com muito mais otimismo do que qualquer outro trabalhador nacional. Essa oportunidade não foi idealizada para o escravo e nem mesmo cogitada caso ele fosse alforriado. Como mostra Chalhoub, havia uma visão no século XIX que enxergava o trabalhador escravos como incapaz de se adequar às expectativas da sociedade¹²². Ainda segundo a visão historiográfica citada por Chalhoub, a escravidão “havia destituído os

¹²⁰ PEREIRA, 1996, p. 70.

¹²¹ MARTINS, 1989, p. 69.

¹²² CHALHOUB, 2001, p.83.

negros de toda vida familiar¹²³”. Essa herança escravista produzia entre os negros um estado de anomia social. A consequência principal disso seria a subordinação destes, mesmo no período pós-abolição.

A gradual desagregação da sociedade campeira paranaense ocasionou, ao mesmo tempo, a evasão da força de trabalho representada pelo escravo e a entrada de novos contingentes populacionais na região. A expansão da economia de exportação, sobretudo em São Paulo, se deu no mesmo momento em que o tráfico negreiro internacional fora extinto. Sendo São Paulo o centro da produção cafeeira nacional, o que se viu foi uma mobilização da escravaria existente em várias regiões do Brasil para atender à carência de braços nas lavouras paulistas¹²⁴, o Paraná incluso. Essa saída em massa de escravos da região paranaense altera significativamente o quadro demográfico da província, uma vez que propiciou a entrada de imigrantes estrangeiros para suprir a escassez da mão de obra na agricultura.

A política imigratória na América é orientada no modelo de “portas abertas”, como diz Altiva Balhana. Imigrantes de todas as procedências e culturas tem a possibilidade de encontrar no continente a possibilidade de sucesso. No Brasil, especificamente, há uma preocupação com os vazios demográficos do território; locais férteis e cultiváveis sem a presença de braços para trabalharem sobre eles. Logo no início do século, em 1808, o Príncipe Regente Dom João, baixa um decreto que tornava possível ao estrangeiro adquirir propriedade de terra ao chegar no Brasil. A justificativa de vossa excelência era “[...] aumentar a lavoura e a população que se acha muito diminuta neste Estado¹²⁵”.

No Paraná anterior à emancipação – ocorrida em 1853 – há o registro de apenas dois núcleos coloniais estabelecidos com o intuito de ocupação de vazios demográficos: a Colônia Thereza, em 1847, com imigrantes franceses; e em Superaguy, no ano de 1852, com colonos suíços, franceses e alemães. Ambos os núcleos se deram através de

¹²³ CHALHOUB, 2001, p.83.

¹²⁴ BALHANA, Altiva Pillati. Política imigratória no Paraná. In: Revista Paranaense de Desenvolvimento. N. 87, 1996. Disponível em <http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/article/view/339/292>. Consultado em 15/01/2013 p. 127.

¹²⁵ *Idem*, p. 157.

iniciativas particulares. Outro aspecto em comum entre os dois é o fato de terem fracassado enquanto colônias. Nenhuma delas obteve êxito. Pelo contrário, mal tiveram condições de sobrevivência¹²⁶.

Alguns anos antes do estabelecimento dessas duas colônias no Paraná, a questão da imigração, em nível nacional, em 1840, sofrera mudanças em suas intenções. O preenchimento de espaços deixou de ser a prioridade do poder público. Nesse momento, o que se pensava era uma mão de obra capaz de suprir a demanda na agricultura, principalmente nas lavouras de café. Balhana cita serem essas duas correntes – a que pensava nos vazios demográficos e a de trabalho nas lavouras – as principais desse período em questão. Apesar de diferentes nas intenções, ambas procuravam a mesma coisa do governo: facilidades e financiamento para trazer o imigrante europeu para o país¹²⁷. Com a relevância do café, a propaganda escolhida pelo poder público foi a relacionada com o trabalho nos cafezais, repensando, inclusive, o decreto de Dom João citado acima: em 1850 foi elaborada uma lei, a Lei de Terras, que dificultava o imigrante conseguir um pedaço terra sem antes quitar sua dívida para com seu empregador.

O fato de no Paraná não haver grandes propriedades rurais exigindo a mão de obra europeia, firmou-se o modelo de pequenos proprietários produtores da lavoura de subsistência. Os governantes da província, pensando uma política imigratória adaptada às condições particulares do Paraná, apresenta o seguinte relatório à Assembleia Legislativa Provincial, em 07/01/1857:

[...] Assim, se o governo provincial quiser promover a colonização, na escala em que o autoriza o orçamento vigente, ou há de ser por meio da venda de terras devolutas aos colonos, ou empresas que quiser importa-los, ou há de tornar-se empreendedor de indústria, montando por sua conta estabelecimentos agrícolas e coloniais [...]¹²⁸.

Nota-se uma grande diferença quando comparado com São Paulo, por exemplo. Fato é que a imigração, já nesse momento aparece como um fator de progresso agrário. Aos poucos, o programa governamental foi dinamizado. Em 1870, colônias agrícolas podem ser vistas cada vez mais próximas dos centros urbanos, com o objetivo de deixa-

¹²⁶ BALHANA, 1996, p. 159.

¹²⁷ *Idem, ibidem.*

¹²⁸ *Apud* BALHANA, 1996, op. cit, p. 161.

las mais perto dos mercados consumidores¹²⁹. Da mesma forma, em 1875, iniciativas de preencher os vazios no litoral vieram à tona. Mas, nesse caso em particular, foi pequeno o número de imigrantes que permaneceu nesse local. Os demais se transferiram para o planalto, fixando-se em colônias já existentes ou formando novas, rapidamente absorvidas no quadro urbano de Curitiba¹³⁰.

A situação nos núcleos coloniais colaborava para que os imigrantes recém-chegados os abandonassem. Nessas colônias cultivava-se, geralmente, batata, milho, e feijão. Mas a produção mal dava para o próprio consumo. A dificuldade pela qual passava esses trabalhadores fez o governo agir. Em 1878 é autorizado o emprego de imigrantes na construção e reparo de estradas. Além da autorização, o engenheiro da estrada Mato Grosso recebeu, inclusive, instruções para contratar esses imigrantes, tendo em vista suas condições precárias¹³¹.

Wilson Martins, ele próprio um entusiasta desse Paraná “europeu”, dedica à jornada desses imigrantes uma grande parte de seu livro. Fala de alemães, polacos, italianos, russos, ucranianos, enfim, esboça um estudo sobre as etnias que, segundo ele, colaboraram para a formação do Paraná. Como não poderia ser diferente, diz que nem tudo foi perfeito na vinda deles para o país, que houve problemas e barreiras a serem superadas, mas que a maioria esmagadora dos imigrantes se adaptou maravilhosamente ao Brasil¹³². Indica que, como era de se esperar, imigrantes e escravos que viviam nas cidades, dividiram ocupações no ambiente urbano de Curitiba.

Para Magnus Pereira, a desarticulação do escravismo no Paraná pode ser associada a esse momento em que os trabalhadores livres e cativos passaram a exercer as mesmas funções. Segundo a análise do autor, a classe dominante deixa de enxergar as barreiras existentes entre esses dois modelos de trabalho e a sociedade paranaense se divide em duas: o bloco dominante e o das classes baixas, imigrantes e escravos inseridos nestas últimas¹³³. Esta “junção” entre imigrantes e escravos faz com que uma transformação se opere na forma como os primeiros eram representados nesse

¹²⁹ BALHANA, 1996, p. 163.

¹³⁰ *Idem*, p. 169.

¹³¹ *Idem*, p. 178.

¹³² MARTINS, 1989, p. 171.

¹³³ PEREIRA, 1996, pp. 78-90.

momento: de morigerados e laboriosos, ele passam a ser vistos como um problema em potencial para a sociedade em desenvolvimento.

Essa mesma consideração é feita por Roberto Lamb, citado previamente, que mostra que ao longo ao até a década de 70 do século XIX, pregava-se a hospitalidade para com os europeus que se transferissem ao Brasil. Esta ideia estava pautada pelos dos ideais de progresso imaginados¹³⁴, mas também por certa euforia da população acerca da chegada destes indivíduos. Na década de 1870 já não existia mais tal entusiasmo: Lamb diz que os imigrantes, sobretudo alemães e italianos, deixam de ter suas figuras automaticamente ligadas ao progresso e, paulatinamente, receberam a mesma carga negativa que, outrora, era atribuída aos escravos¹³⁵. Nesse sentido, a junção de escravos e imigrantes para constituir “a classe mais baixa” foi perfeita.

Escravo ou imigrante, não importava mais a distinção. As autoridades sentiam a urgência de controlá-los para que não houvesse “perturbações”. Tanto Lamb, quanto Eduardo Pena deixa claro que as formas de controle sobre essas classes não são exclusivas para cada uma delas. As leis pensadas sobre esse assunto englobam, de maneira geral, os mais pobres. São leis que, dentre outras intenções, buscam regular o tempo dos trabalhadores, principalmente seu tempo livre. A preocupação nesse sentido era a de evitar o ócio. O ócio é um vício e uma perversão aos bons costumes, que deve ser combatido independente da origem¹³⁶.

Logo na primeira página do livro de Pena há um relato de jornal dizendo ser necessária a intervenção policial nos arredores do chafariz da Praça Zacarias, em Curitiba, datado de 1882¹³⁷. Essa intervenção era justificada pela aglomeração de negros, criados, colonos e soldados carregadores de água próxima ao chafariz. O próprio autor diz que dificilmente essa preocupação era exclusivamente para com o monumento; estava muito mais interligada com esses indivíduos desocupados juntos. Festas e encontros de imigrantes, das quais os escravos participavam, também eram passíveis de interesse policial, não por haver algo diretamente contra esses costumes,

¹³⁴ LAMB, 1996, p. 88.

¹³⁵ *Idem*, p. 91.

¹³⁶ *Idem*, p. 100.

¹³⁷ PENA, 1999, pp. 1-2.

mas por uma necessidade das elites em regular o que os trabalhadores faziam em seus momentos longe dos empregos, pois “maus” costumes são responsáveis por erros no trabalho¹³⁸.

E erros não poderiam ser permitidos, fossem eles cometidos por escravos ou livres.

¹³⁸ PENA, 1999, p. 3.

3. TRABALHADORES NOS ANÚNCIOS DO JORNAL

Joaquim Nabuco disse: “nos jornais se encontrava uma fotografia da escravidão atual, mais verdadeira do que qualquer pintura¹³⁹”. Exagero ou não, essa frase reflete, no mínimo, a importância dos periódicos e da imprensa em geral no estudo das situações cotidianas do nosso país. O presente capítulo analisa um conjunto de anúncios dentro de um jornal em especial. São anúncios de ofertas de emprego destinados tanto para os trabalhadores cativos quanto para os livres, mostrando a proximidade que existiu entre as duas formas de trabalho.

3.1 – O *Dezenove de Dezembro*

A imprensa paranaense surgiu simultaneamente com a emancipação política da Província do Paraná, visto que, enquanto 5ª Comarca de São Paulo, não chegou a possuir um periódico próprio¹⁴⁰. Ao longo da extensão do território paranaense, havia uma divisão muito bem delimitada quanto à obtenção de notícias: devido à existência da Serra do Mar, o planalto ficava, praticamente, isolado do litoral. Desse modo, em Paranaguá, por exemplo, circulavam os periódicos vindos da Corte, com as embarcações que ali aportavam; em Curitiba, liam-se os jornais publicados em São Paulo, ainda escassos na primeira metade do século XIX. Os jornais eram lidos para se ter conhecimento das políticas governamentais, por isso a Câmara Municipal de Curitiba assinava o *Paulista Oficial*, periódico que publicava, justamente, os documentos oficiais do governo¹⁴¹.

Com a instalação da Província em 1854, foi designado para presidi-la Zacarias de Góis, e Vasconcelos, de cujo plano administrativo constava a montagem de uma tipografia para facilitar a publicação dos textos governamentais. Em vista disso, Cândido Martins Lopes, que já possuía uma tipografia em Niterói, resolveu transferir-se para Curitiba, onde instalou suas oficinas à Rua das Flores, nº 13, e a partir de 1º de abril de 1854 deu início à circulação do jornal *O Dezenove de Dezembro*, com uma edição semanal, aos sábados, cuja assinatura anual era de 8\$000 réis¹⁴².

¹³⁹ GRAF, Márcia Elisa de Campos. *Imprensa periódica e escravidão no Paraná*. Curitiba, Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1981. *Op. Cit.*, p. 9.

¹⁴⁰ *Idem*, p. 22.

¹⁴¹ *Idem*, *Ibidem*.

¹⁴² *Idem*, *Ibidem*.

O caráter do jornal, inicialmente, não era político; em seu primeiro número, o programa traçado era o de informar a população acerca dos procedimentos do Governo da Província, divulgando atos oficiais, e, também, apontando e discutindo medidas que fossem mais adequadas para o progresso da Província. Suas atitudes “apolíticas” o tiraram de circulação por seis meses, entre maio e outubro de 1862, quando seu editor-chefe, recusou liberar parte de suas colunas para o presidente da Província, Dr. José Francisco Cardoso justificar seus atos. Em seu retorno, o presidente – agora Antônio Barbosa Gomes Nogueira – possuía, gratuitamente, colunas do periódico voltadas para dar publicidade ao expediente do governo¹⁴³.

Ao longo de sua história, o jornal sofreu algumas mudanças em sua periodicidade. Em 1871, mesmo que de maneira um pouco irregular, passou a ser publicado duas vezes na semana, às quartas e aos sábados. E, em 1884 tornou-se praticamente diário, não circulando somente nas segundas-feiras. Mesmo nesse terceiro momento, o jornal pregava “neutralidade política e liberdade nos pedidos¹⁴⁴”. Um ano depois, em 1885, fundiu-se com o *Província do Paraná*, órgão do Partido Liberal e tornou-se o órgão oficial desse mesmo partido¹⁴⁵.

A 09 de abril de 1890, quando foi estabelecida à imprensa a obediência ao Decreto nº 83, de 23 de dezembro de 1889, o *Dezenove de Dezembro* suspendeu sua publicação até que fosse reestabelecido a plena liberdade de imprensa¹⁴⁶. Assim, após 36 anos de existência, saiu de circulação o único periódico que se manteve durante todo período provincial do Paraná. Além do estudo do cotidiano da sociedade paranaense no período provincial, o *Dezenove* é importante no estudo da escravidão paranaense porque fornece os mais variados tipos de informações sobre os escravos do período e, também, nos permite acompanhar o desenvolvimento de ideias emancipacionistas e abolicionistas na Província do Paraná¹⁴⁷.

¹⁴³ GRAF, 1981, p. 23.

¹⁴⁴ *Idem*, p. 24.

¹⁴⁵ *Idem, Ibidem*.

¹⁴⁶ *Idem*, p. 25.

¹⁴⁷ *Idem, Ibidem*.

3.2 – Os anúncios no jornal

O conteúdo das páginas dos números publicados não é algo que se possa definir com exatidão. Mesmo em publicações próximas umas das outras, no mesmo mês inclusive, há uma variação na disposição das colunas. Mas há algumas delas que são fixas. A Parte Oficial, quando há, aparece antes de todas as outras, na primeira página. Nesta coluna eram dados informes à população a respeito do que ocorria em reuniões, e sobre gastos oficiais e leis provinciais.

PARTE OFFICIAL.

DECRETO N. 1816— DE 6 DE SETEMBRO DE 1856.

Divide a provincia do Paranã, formando um só districto eleitoral, em collegios, e designa os lugares e edificios em que se devem reunir os eleitores de cada um dos mesmos collegios, de conformidade com as disposições do decreto n.º 842 de 19 de setembro de 1855.

Attendendo ás disposições do decreto n.º 842 de 19 de setembro de 1855, e tendo ouvido o presidente da provincia do Paranã, hei por bem decretar :

Art. 1.º A provincia do Paranã formará um só districto eleitoral.

O districto eleitoral terá por cabeça a cidade de Curitiba, e se comporá de tres collegios que se reunirão : o 1.º na matriz da mesma cidade ; o 2.º na matriz da cidade de Parraguá ; e o 3.º na matriz da villa de Castro.

O Dezenove de Dezembro, 24/09/1856.

Outras colunas - como *Publicações Pedidas*, *Correspondências*, *Comunicados*, *Editaes*, e até mesmo um *Folhetim* próprio do jornal - são facilmente encontrados ao longo das publicações. Porém, o foco desse trabalho monográfico são as colunas de anúncios, e mais especificamente os que se referiam a trabalhadores. Eles se encontram nas últimas páginas das edições e podem ser notados desde os primeiros números do periódico. Eram bastante variados: havia, desde a oferta de produtos alimentícios e imóveis, até anúncios referentes a ofertas de trabalho para livres e para escravos. Também se anunciavam a venda e aluguel de escravos e, mais raramente, a compra. No dia 21 de maio de 1856, por exemplo, o jornal noticiou:

Comprão-se uma negrinha e um moleque, que não tenham mais de 7 annos. Nesta typographia.

O Dezenove de Dezembro, 21/05/1856

Também as fugas eram noticiadas:

FUGIU de Antonina, a José Antonio de Carvalho no dia 9 do corrente, um escravo de nome Christovam, levando duas canisas e duas calças novas de riscado. Seus signaes são os seguintes: meio fula, faltam-lhe cabellos no meio da cabeça, tem 25 annos de idade, falla fina e ar humilde; desconfi-se que foi para os lados do Assunguy. Quem o apreender ou der noticias ao abaixo-assignado, ou nesta typographia, será gratificado.
José Antonio de Carvalho.

O Dezenove de Dezembro, 19/11/1856.

A maneira como os escravos são representados nos anúncios de fuga, de compra, e de venda remete inevitavelmente para a leitura da coisificação do escravo. O fato de ele ser visto como um objeto, passível de negociação, ou como um animal que fugiu e oferece-se recompensa para quem devolvê-lo a seu dono, retira da figura do escravo todo seu direito e autonomia e até mesmo sua humanidade. Esta visão, entretanto, é questionada por Chalhoub, para quem a coisificação do escravo é ficcional, não existe de fato; existe apenas como ordenamento jurídico da sociedade e não como algo inscrito na natureza ou mesmo na sociedade¹⁴⁸.

O tipo de anúncio enfatizado nesta pesquisa já evidencia que escravos não eram meramente propriedade e que, muitas vezes, podiam tratar diretamente da contratação de seus serviços e colocavam-se em condições muito semelhantes às dos livres e estrangeiros. Portanto, vamos a eles.

3.3 – Os anúncios de trabalho

Nesta pesquisa foram consultados anúncios relativos a empregos ofertados e empregados procurados, tanto por escravos quanto por libertos ou livres, relativos ao

¹⁴⁸ CHALHOUB, Sidney. Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. *Op. Cit.*, p. 36.

período entre 1854 e 1877. Inicialmente a ideia era a de contemplar todo esse período, mas logo a pesquisa se mostrou inviável pelo tempo que requeria. Portanto, optamos por trabalhar a partir de uma amostragem. Localizamos e lemos anúncios de 1854 a 1858 e 1874 a 1877. O primeiro período diz respeito aos anos iniciais do jornal e caracteriza-se pela presença menor de imigrantes, e mais significativa de escravos. No segundo período configura-se uma inversão desta configuração: a diminuição do número de escravos, sobretudo pelo tráfico interprovincial¹⁴⁹ e o grande afluxo de imigrantes na cidade de Curitiba¹⁵⁰.

Os anúncios que prevalecem são os de “procura-se” de um total de 83 anúncios ofertando ou procurando serviços, 61 deles procuram por trabalhadores nas páginas dos jornais. Aqueles nos quais trabalhadores ofertavam seus serviços diziam respeito a profissões mais qualificadas. A maior parte se refere a ensinamentos de idiomas estrangeiros, tal qual o do Professor Finkensieper, alemão, que se oferecia não somente para lições da língua germânica, mas também português, inglês, e francês¹⁵¹. Em vários dos anúncios, o jornal se refere aos anunciantes como “pessoas habilitadas”, não podendo aferir ao certo a nacionalidade dos mesmos, exceto há a referência específica:

Um allemão, habilitado para dar lições de sua língua, oferece seu prestimo aquelles que se quiserem utilizar dele. Tratar nessa typographia¹⁵².

Um estrangeiro, vindo do Rio de Janeiro oferece ensinamentos do francês¹⁵³.

Há, também: quem oferecesse seus conhecimentos de aritmética através do jornal¹⁵⁴; um dentista, renomado no Rio de Janeiro, e por estar na capital da província paranaense, divulgava seu trabalho através do jornal, para possíveis interessados¹⁵⁵. Outros dois ofícios de bastante especialização referem-se a costureiras e um relojoeiro, que não somente entende de relógios, mas de caixas de música inclusive:

¹⁴⁹ PENA, 1999, p. 9.

¹⁵⁰ BALHANA, 1996, p. 163.

¹⁵¹ *O Dezenove de Dezembro*, 02/01/1875.

¹⁵² *O Dezenove de Dezembro*, 02/07/1856.

¹⁵³ *O Dezenove de Dezembro*, 05/11/1856.

¹⁵⁴ *O Dezenove de Dezembro*, 30/12/1855.

¹⁵⁵ *O Dezenove de Dezembro*, 15/09/1858.

A. Crapet, de nação franceza, relojoeiro examinado, oferece-se a fazer toda qualidade de concertos, tanto em relógios quanto em caixas de musica¹⁵⁶.

Me. Constanca Grillo, modista franceza recentemente chegada da corte do RJ, encarrega-se de qualquer costura, bordado, etc, e também recebe aprendizes¹⁵⁷.

UMA SENHORA FRANCEZA - chegada de pariz, recommenda-se as excellentissimas familias desta cidade, para os trabalhos de roupa fina, quer para lavar, quer para engomar. Especialidade: Tayauté, Bouillane e Gaufré¹⁵⁸.

Com exceção de uma mulher que se aluga como ama-de-leite¹⁵⁹ – que apesar de não ser uma especialização como havia analisado até o momento, é um dos anúncios de oferecimento de trabalho – o outro anúncio dessa natureza diz respeito a um moço, de 22 anos, de nação “suíça”, que deseja arranjar-se como caixeiro, mas também abre a possibilidade de ser contratado como criado; quem, porventura, o quisesse empregar, deveria dirigir-se ao hotel da cidade, na Rua Direita¹⁶⁰.

Não localizamos entre os anúncios pesquisados nenhum em que um cativo oferecesse serviços. O que há são senhores oferecendo escravos em aluguel:

Vende-se ou aluga uma escrava moça, que saiba cosinhar, lavar, engommar, costurar renda¹⁶¹.

Nesta typographia, se dira quem tem para alugar uma escrava que lava, cosinha e engomma bem¹⁶².

COSINHEIRA - quem precisar de uma boa cosinheira (escrava) dirigia-se que se informa quem tem para alugar¹⁶³.

Em alguns casos não se explicita que o trabalhador a que se refere o anúncio é um escravo ou escrava, ainda que se possa inferir que fosse, dada a forma como o anúncio era redigido:

A tipografia do *Dezenove* dirá quem possui uma preta que lava, engomma e cosinha¹⁶⁴.

¹⁵⁶ *O Dezenove de Dezembro*, 28/08/1857.

¹⁵⁷ *O Dezenove de Dezembro*, 22/10/1856.

¹⁵⁸ *O Dezenove de Dezembro*, 15/07/1877.

¹⁵⁹ *O Dezenove de Dezembro*, 17/12/1864.

¹⁶⁰ *O Dezenove de Dezembro*, 26/05/1858.

¹⁶¹ *O Dezenove de Dezembro*, 31/03/1858.

¹⁶² *O Dezenove de Dezembro*, 16/01/1876.

¹⁶³ *O Dezenove de Dezembro*, 20/09/1876.

¹⁶⁴ *O Dezenove de Dezembro*, 27/02/1858.

E também quem alugava uma “criada para o serviço doméstico de uma casa de família¹⁶⁵”.

Como dito acima, não localizamos nenhum escravo oferecendo seus serviços nas páginas do jornal. Eles talvez não pudessem pagar o valor do anúncio, ou não quisessem fazê-lo; talvez não precisassem, se, para o caso dos cativos postos ao ganho, a procura por serviços fosse maior do que a oferta deles. Embora não oferecessem seus préstimos nos anúncios, os escravos eram procurados como trabalhadores, ou por meio de aluguel ou, postos ao ganho, de modo a ajustarem diretamente seus serviços com quem os contratava. Um exemplo dessa procura por trabalhadores escravos é anúncio de 1854, no qual alguém manifestava a vontade de contratar “cativa ou forra” para a realização de serviços domésticos¹⁶⁶.

Muitos anúncios não discriminavam se o trabalhador procurado devia ser escravo ou livre; 46 eram redigidos desta forma. Dentre estes, muitos utilizam termos como “branco”, “preto”, “nacional” e “estrangeiro”, mas nenhum desses 46 faz referência direta quanto à necessidade de ser livre ou cativo. Seis são os que citam abertamente que contrataria tanto escravo como livre – utilizando explicitamente os termos “escravo” e “livre” –, e oito procuram por trabalhadores livres e/ ou estrangeiros. Não há anúncios em que se procura única e exclusivamente escravo.

Há, nos anúncios, vários outros requisitos explicitados, além da condição social que se menciona ocasionalmente. A idade é um deles e chama a atenção quanto à frequência com que se requisitava o trabalho de crianças,

Precisa-se para caixeiro, um menino de 10 annos, mais ou menos, de boa conduta. Quem estiver nas circunstancias dirija-se a esta typographia¹⁶⁷.

Precisa-se de menina ou menino de 10 a 14 annos para serviço domestico¹⁶⁸.

Na pharmacia do Corrêa aceita-se um menino de 13 a 14 annos e de exemplar conduta, que queira seguir a profissao pharmaceutica¹⁶⁹.

¹⁶⁵ *O Dezenove de Dezembro*, 24/11/1875.

¹⁶⁶ *O Dezenove de Dezembro*, 01/07/1854.

¹⁶⁷ *O Dezenove de Dezembro*, 31/03/1858.

¹⁶⁸ *O Dezenove de Dezembro*, 28/12/1864.

¹⁶⁹ *O Dezenove de Dezembro*, 22/04/1877.

Nota-se, uma predileção bastante significativa pelos jovens de outro país; de seis anúncios envolvendo a contratação exclusiva de imigrantes, cinco são referentes a crianças e adolescentes estrangeiros:

Precisa-se de um criado allemão de 15 a 16 annos, quando muito, e que já saiba um pouco do portuguez. O que quiser contratar-se saberá nessa typographia¹⁷⁰.

Precisa-se de um menino, estrangeiro de 8 a 10 annos. Nesta typographia se dará informações sobre quem o pretende¹⁷¹.

Às vezes a idade não era mencionada, mas o termo usado, remetia à pouca idade do trabalhador. De fato tarefas que pareciam mais adequadas aos trabalhadores muito jovens, diríamos hoje, precoces.

Nesta typographia se dirá quem vende ou aluga uma escrava **nova**, que lava e engonmma perfeitamente, servindo também para a cosinha¹⁷².

Precisa-se de um **moleque** ou preto que saiba tratar de animaes. Quem tiver interesse, dirija-se a essa typographia¹⁷³.

Precisa-se de uma **creadinha** para pagear creança¹⁷⁴.

Precisa-se de **molecote** para carregar um menino e servir-lhe de companhia¹⁷⁵.

Com relação ao gênero, nota-se que havia um quase equilíbrio, sendo um pouco menos frequentes os anúncios que procuravam explicitamente as mulheres: 20 anúncios requisitavam o trabalho de mulheres e 24 procuravam trabalhadores do gênero masculino. Vale lembrar que com relação aos anúncios que requisitavam crianças o número de mulheres se sobressairia em relação ao de homens. Do restante, sete anúncios especificavam que o contratado poderia ser tanto um quanto o outro, ao passo em que os onze anúncios restantes nada especificavam, deixando a entender que ambos os sexos serviriam.

As mulheres eram mais requisitadas para serviços domésticos, como cozinheiras e lavadeiras:

¹⁷⁰ *O Dezenove de Dezembro*, 16/01/1858 e 23/01/1858.

¹⁷¹ *O Dezenove de Dezembro*, 04/07/1877.

¹⁷² *O Dezenove de Dezembro*, 29/01/1876.

¹⁷³ *O Dezenove de Dezembro*, 07/02/1855.

¹⁷⁴ *O Dezenove de Dezembro*, 04/03/1876.

¹⁷⁵ *O Dezenove de Dezembro*, 18/11/1854.

Precisa-se de uma alugada que saiba cosinhar e lavar, para casa de familia. Nesta se dará maiores informações¹⁷⁶.

Precisa de uma moça para trabalhar em casa de moço solteiro, escrava ou livre¹⁷⁷.

Aluga-se livre ou escrava para lavar e engommar¹⁷⁸.

Precisa-se para serviço interno, rapariga nacional ou estrangeira, livre ou escrava, mas de bons costumes¹⁷⁹.

Ao mesmo passo, independente de ser na década de 1850 ou 1870, os anúncios continuam relacionando mulheres a serviços domésticos, como é o caso da criada, que era pedida para qualquer serviço de casa de família, inclusive vender quitanda¹⁸⁰; também na Rua das Flores, número 80, se precisava de criada para serviços domésticos¹⁸¹. Em 1855, dava-se até a opção de compra de uma criada, mas a opção de aluguel também aparecia, caso houvesse alguma “preta” que soubesse todo serviço doméstico de uma casa¹⁸². Além destes temos ainda:

Paga-se bom aluguel por uma preta que saiba cozinhar e lavar bem. Nesta typographia se dará maiores informações¹⁸³.

Precisa alugar uma preta que saiba cosinhar bem. Nesta typographia se dirá quem tem interesse¹⁸⁴.

Havia anúncios que requisitavam trabalhadores com ofícios bastante qualificados, como, por exemplo, alfaiates. A procura por estes serviços mais qualificados dizia respeito exclusivamente a trabalhadores homens.

Além das habilidades de ofício, às vezes os anúncios também requisitavam que os trabalhadores tivessem determinados atributos morais. Um desses pedia “moça para trabalhar em casa de moço solteiro¹⁸⁵”, talvez sugerindo que quem atendesse tal

¹⁷⁶ *O Dezenove de Dezembro*, 01/12/1876.

¹⁷⁷ *O Dezenove de Dezembro*, 10/06/1854.

¹⁷⁸ *O Dezenove de Dezembro*, 11/10/1865.

¹⁷⁹ *O Dezenove de Dezembro*, 12/10/1870; este anúncio se repete por oito edições seguidas do jornal.

¹⁸⁰ *O Dezenove de Dezembro*, 23/12/1875.

¹⁸¹ *O Dezenove de Dezembro*, 26/12/1877.

¹⁸² *O Dezenove de Dezembro*, 28/03/1855.

¹⁸³ *O Dezenove de Dezembro*, 10/12/1856.

¹⁸⁴ *O Dezenove de Dezembro*, 22/08/1875.

¹⁸⁵ *O Dezenove de Dezembro*, 10/06/1854.

chamado não se importasse com as condições propostas – o de trabalhar em casa de um homem solteiro. De forma oposta, outro anúncio exigia qualidades de moralidade ilibada:

Precisa no colégio da capital, uma senhora viuva ou solteira de bom comportamento, que saiba cozer e engommar. É para o serviço exclusivo das meninas, jantando na mesma mesa e dormindo na mesma sala¹⁸⁶.

Precisa-se de forra ou cativa, de bom comportamento, para trabalhar em casa de família e que saiba de serviços domesticos¹⁸⁷.

Nesta typographia se dirá quem precisa alugar uma criada que cosinhe e lave, comtanto que seja aceiada¹⁸⁸.

Precisa-se de uma criada de boa conduta, que saiba cosinhar e engommar¹⁸⁹.

Não só das mulheres eram cobradas as qualidades morais: alguém em 1856 precisava “alugar um moleque que seja fiel para fazer compras, pagando-se pelo seu aluguel 8\$000 mensaes¹⁹⁰”; os interessados deveriam seguir até a tipografia do jornal.

Em termos de valores pagos pela mão de obra não se pode dizer muito. O próprio anúncio citado logo acima indica uma quantia a ser paga mensalmente pelo serviço de fazer compras. Mas há outros espalhados pelos vários anos cobertos pela pesquisa:

Precisa-se de uma criada para lavar e engommar na casa do Sr. Mariano. Dá-se mesmo 14 mil réis de aluguel, em caso de servir¹⁹¹.

Uma pessoa habilitada offerece-se para ensinar o francez em sua casa a 5U000 mensaes e a 6U000 mensaes em casas de particulares¹⁹².

Uma pessoa habilitada offerece-se para ensinar em casas particulares a falar, escrever, e traduzir o francez pelo módico preço de 5U000¹⁹³.

Os anúncios até aqui trabalhados evidenciam um aspecto do dinamismo do mercado de trabalho na Curitiba do século XIX. Seguindo na análise, eles podem dizer

¹⁸⁶ *O Dezenove de Dezembro*, 13/08/1856.

¹⁸⁷ *O Dezenove de Dezembro*, 01/07/1854.

¹⁸⁸ *O Dezenove de Dezembro*, 13/02/1876.

¹⁸⁹ *O Dezenove de Dezembro*, 06/06/1877.

¹⁹⁰ *O Dezenove de Dezembro*, 27/02/1856.

¹⁹¹ *O Dezenove de Dezembro*, 23/01/1858.

¹⁹² *O Dezenove de Dezembro*, 02/07/1856.

¹⁹³ *O Dezenove de Dezembro*, 21/08/1857.

também sobre a configuração social deste mercado e a transformação por que passa com o afluxo de imigrantes.

3.4 – Escravos, livres e imigrantes

Vimos que, em muitos anúncios, a condição social do trabalhador não era especificada. Mas, à medida que se avança no século XIX, cada vez mais vai aumentando a especificação, sobretudo aquela relativa à nacionalidade dos imigrantes: enquanto que nos anúncios da década de 1850 aparece apenas dois, nos quais, há a predileção pela contratação de um imigrante, nos anos seguintes há, além de quatro anúncios especificando que o trabalhador deveria ser estrangeiro, mais cinco dizendo que os trabalhadores poderiam ser tanto nacionais quanto estrangeiros.

Em 1856, em quatro números diferentes do jornal, há três anúncios distintos de estrangeiros oferecendo seus serviços para a população:

“Um allemao, habilitado para dar lições de sua língua, offerece seu préstimo aquelles que se quiserem utilizar dele. Quem se interessar, tratar aqui nesta typographia¹⁹⁴”.

“Me. Constacia Grillot, modista franceza recentemente chegada da corte do RJ, encarrega-se de qualquer costura, bordado, etc, e também recebe aprendizes¹⁹⁵”.

“[...] estrangeiro vindo do RJ encarrega-se o ensino de francez para quem se interessar¹⁹⁶”.

Esse aparecimento nas fontes do europeu oferecendo seus préstimos pode ser associado com a sua inserção nos centros urbanos e a decorrente concorrência com o restante da população. Tal afirmação não pode ser dita com absoluta certeza, pois, nas mesmas fontes, não se indica se os europeus anunciados vieram para o Brasil através do projeto governamental, ou se vieram por conta própria¹⁹⁷.

¹⁹⁴ *O Dezenove de Dezembro*, 09/07/1856.

¹⁹⁵ *O Dezenove de Dezembro*, 22/10/1856.

¹⁹⁶ *O Dezenove de Dezembro*, 05/11/1856.

¹⁹⁷ Como cita Alencastro e Renaux, se o imigrante viesse para o Brasil trabalhar por conta própria, ele deveria preencher algumas características básicas estipuladas pelo governo, como características étnicas e culturais; mas se veio através do projeto que buscava a substituição do escravo, nesse caso não faria diferença sua procedência ou características, apenas seria inserido na sociedade, indiretamente realizando o plano de “embranquecimento” da população.

Assumindo que esse “allemao” que se presta a ensinar sua língua natal chegara ao país até cinco anos antes, de acordo com dados fornecidos por Alencastro e Renaux, provinha das regiões agrárias do Norte e do Leste da Alemanha. Os autores estipulam essa mesma procedência para todo alemão que veio para o Brasil entre os anos de 1850 e 1865¹⁹⁸. Entre 1865 e 1895, são os grupos sociais empobrecidos, pequenos empresários e artesãos quem vem, mas só a partir de 1880 que os emigrados passam a ser de procedência urbana de verdade¹⁹⁹.

A informação de que são majoritariamente rurais, vai de encontro ao que diz Wilson Martins sobre os alemães. De acordo com o autor, embora, no Paraná, numericamente inferiores a poloneses e ucranianos, os alemães apresentam o maior dinamismo econômico, e preferem localizar-se nas cidades, local onde atingiriam com maior facilidade a ascensão social²⁰⁰. Martins ainda fala em uma rápida assimilação cultural, tanto por parte do alemão ao ambiente brasileiro, quanto o contrário.

“[...] mas, ainda, prosperou aqui de forma a atingir um *standard* de vida superior ao que provavelmente atingiria em sua terra natal, e superior, da mesma forma, ao padrão de vida do brasileiro de mesmo *status* inicial²⁰¹”.

Martins é um defensor ferrenho da ideia de que na província do Paraná se configurou um *Brasil Diferente*, justamente pelos imigrantes que aqui se instalaram e desenvolveram negócios e famílias, a partir de 1829, quando chegam os primeiros alemães à região²⁰². A sua obra é passível de uma interpretação, na qual, os europeus são melhores que os brasileiros.

As fontes, por outro lado, mostram algo diferente disso. A proximidade entre as formas de trabalho escravo e livre é ainda melhor evidenciada num anúncio de janeiro de 1858:

Precisa-se de um criado allemao de 15 a 16 annos, quando muito, e que já saiba um pouco do portuguez. O que quiser contratar-se saberá nessa typographia²⁰³.

O fato de, no anúncio, buscar-se a contratação de um criado de origem alemã, mostra uma preferência do anunciante por tal nacionalidade, mas a função a ser exercida

¹⁹⁸ ALENCASTRO, 1997, p. 318.

¹⁹⁹ *Idem, Ibidem.*

²⁰⁰ MARTINS, 1989, p. 136.

²⁰¹ *Idem*, p. 139.

²⁰² *Idem*, p. 136.

²⁰³ *O Dezenove de Dezembro*, 16/01/1858.

era tradicionalmente realizada por escravos. E, de fato, os imigrantes pareciam ser requisitados, sobretudo para serviços domésticos, como a alemã de 8 a 11 anos que era requerida para andar com criancinha²⁰⁴. Além do anúncio citado logo acima, no qual um criado alemão, de 15 a 16 anos era requerido²⁰⁵. Estes postos eram ocupados tradicionalmente por escravos, na sociedade brasileira.

Isso demonstra que escravos e imigrantes compartilhavam os ambientes de trabalho nos centros urbanos. Isto foi evidenciado por Mary Karasch, para o caso do Rio de Janeiro e para o de Salvador, ao longo do mesmo século, por Ana de Lourdes Costa. Ambas as autoras demonstram que a presença do escravo na cidade não só é possível, como se dá com a mesma eficiência da presença dos europeus que chegavam aos montes de seu continente. Esses aspectos ressaltados pela historiografia são evidenciados também por nossas fontes, que mostram estrangeiros e nacionais, entre eles escravos, compartilhando dos mesmos trabalhos urbanos.

Também nas obras públicas escravos e imigrantes se encontravam. Um anúncio publicado em 1874 pedia “bons canteiros para se empregarem na obra da ponte dos Papagaios, assim como de uma pessoa habilitada para tomar conta do respectivo serviço. Tratar em Campo Largo²⁰⁶”. A função de “canteiro” se refere ao profissional que talha blocos de rocha bruta em formatos geométricos, de modo a permitir a utilização das pedras resultantes na construção de estruturas.

Esse é outro anúncio em que não há a especificação da condição social do trabalhador procurado. E na historiografia temos uma série de referências a escravos e trabalhadores livres exercendo as mesmas funções em obras públicas, simultaneamente. Com a escravidão ainda vigente, não é de se surpreender a visão de escravos exercendo a função de canteiro. Mas no caso dos imigrantes é, no mínimo, estranho. Principalmente se analisarmos o pretexto pelo qual ele foi inserido no Paraná, que envolvia o trabalho do imigrante na terra, como agricultor, e não na construção de pontes e estradas.

²⁰⁴ *O Dezenove de Dezembro*, 08/09/1875.

²⁰⁵ *O Dezenove de Dezembro*, 16/01/1858.

²⁰⁶ *O Dezenove de Dezembro*, 12/07/1874.

Pensados inicialmente como uma ferramenta para ocupar os vazios demográficos da região paranaense à moda europeia, os colonos se viram enganados pelos boletins oficiais que prometiam uma realidade de trabalho bem diferente da que era encontrada realmente. Retomando o exemplo da Colônia do Assunguy, citado no segundo capítulo desta monografia, os colonos recém-chegados da Europa eram fixados nesse núcleo, e em tantos outros criados ao longo da região paranaense, visando a remodelação da população paranaense, pensando o imigrante como morigerado e laborioso.

A questão é que a quantidade de imigrantes no país, principalmente durante a segunda metade do século XIX, foi tamanha, e as condições de trabalho tão precárias, que parte deles simplesmente abandonava os núcleos e tentava melhor sorte nas cidades²⁰⁷. A ideia da civilização que viria acoplada com a inserção de europeus no país começa a se confundir com a onda de imigrantes pobres, que se concentravam nas cidades. Na década de 1870, o estrangeiro passou a ser visto como problema; a carga relacionada com seu status recebeu a mesma negatividade que outrora fora do escravo, apenas²⁰⁸.

Bons ou maus, bons e maus, aceitêmo-los, esses elementos que são como a semente lançada à terra por mão de horticultor inteligente: a boa semente dará de si em abundância e excelência de frutos tudo o que se lhe pedir; a semente ruim, essa custará labores no amanhã e nos cuidados da enxertia, mas por fim também produzirá cousa que compense esses labores e cuidados.²⁰⁹

Esse fragmento, um Relatório Presidencial do Paraná datado de 15 de fevereiro de 1875, demonstra a preocupação que havia por parte das elites com o tratamento dado aos imigrantes. “Podem até dar trabalho, mas vai compensar depois”, é uma forma de se entender o trecho.

E realmente compensa. A inclusão de imigrantes nas construções de estradas e em outras obras públicas é de suma importância para a execução das mesmas. Esse emprego é relacionado com a ascensão do trabalho livre no Brasil, segundo Benício Schmidt²¹⁰, mesmo que, ainda, sob um regime escravista.

²⁰⁷ BALHANA, 1996, p. 169.

²⁰⁸ LAMB, 1996, p. 91

²⁰⁹ *Apud* LAMB, 1996, p. 93.

²¹⁰ SCHMIDT, 1979, p. 25.

A confluência de experiências entre trabalhadores livres – imigrantes ou nacionais – e escravos podia ser tanta que até mesmo o termo “aluguel”, referido aos escravos empregados por seus senhores a outrem, podia ser utilizados para denominar a remuneração de trabalhadores livres:

Nesta typographia se dirá quem precisa de uma pessoa nacional ou estrangeira que entenda bem de todo serviço de cosinha (bom aluguel)²¹¹.

Segundo Otávio Ianni, o escravo, praticamente, foi expulso da economia do mate nos campos gerais, devido às transformações qualitativas que esse processo sofreu com o aumento das exportações e a renovação tecnológica inerente a esse aumento²¹². Porém, esse mesmo autor, qualifica o escravo como inapto para o trabalho urbano. Ainda segundo Ianni,

As condições histórico-econômicas que geraram a sociedade escravocrata são incompatíveis com os requisitos racionais da produção artesanal urbana, da manufatureira, dos serviços públicos, da comercialização, dos transportes e serviços vinculados às atividades econômicas, que dependem cada vez mais do descortínio e decisão do trabalhador²¹³.

Não é exatamente o que vimos neste capítulo e na documentação trabalhada, que mostra que as atividades produtivas, na cidade de Curitiba, eram partilhadas por escravos e livres, mesmo por imigrantes.

²¹¹ *O Dezenove de Dezembro*, 06/05/1874.

²¹² IANNI, 1962, p. 106.

²¹³ *Idem*, p. 129.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As dificuldades impostas sobre a chegada de escravos no país, no século XIX, modificaram significativamente os rumos do trabalho no Brasil. A proibição do tráfico atlântico – fonte de cativos para as regiões brasileiras – em 1850, fez as autoridades e os grandes produtores rurais do período repensar a forma de abastecimento de mão de obra. Não porque, de um momento para o outro, os escravos iriam sumir desse cenário rural, mas pela visão de grande parte das autoridades de que o trabalhador escravo, bem como o negro alforriado, não possuiria as características essenciais para lidar com os avanços que a produção apresentava²¹⁴.

A opção pelo imigrante europeu, apesar de ocorrer em larga escala, não é generalizada em todo território brasileiro - na Zona da Mata Mineira, por exemplo, os fazendeiros realizaram o assalariamento temporário de migrantes vindos de outras regiões do Estado; no Espírito Santo, apenas os fazendeiros mais ricos optaram pela imigração. A grande maioria optou por contratos sazonais, pagos por mês ou por dia²¹⁵. Mas o europeu tinha vantagens dentro do projeto governamental brasileiro, que visava o “embranquecimento” da população, se utilizando disso como um instrumento de civilização para o país²¹⁶. As “vantagens” são no sentido de que, para guiar o país rumo ao desenvolvimento, a melhor opção era o europeu, que já estava acostumado com o sistema capitalista e, portanto, pronto para aplica-lo em território brasileiro.

O detalhe que – apesar de não diferenciar – marca a imigração no Paraná é que, aqui, a vinda do imigrante seria para “substituir as classes baixas²¹⁷” afastando da história da província, toda barbárie e violência do período escravocrata.

Porém, toda euforia que se viu, inicialmente, com a chegada de imigrantes ao país – o Paraná incluso – diminuía conforme mais e mais europeus chegavam e se abarrotavam nos centros urbanos, atrás de condições não encontradas nas fazendas e zonas rurais. A crença inicial de que eram morigerados e trabalhadores, logo se desfez;

²¹⁴ IANNI, Otávio. *As metamorfoses do escravo*. São Paulo: Difusão Europeia de Livro, 1962.

²¹⁵ LARA, 1998, p. 29.

²¹⁶ ALENCASTRO; RENAUX, 1997, p. 293.

²¹⁷ PEREIRA, 1996, p. 91.

trocando essa visão pela de que sua presença em larga escala deveria se controlada da mesma forma como era feito com escravos e todo o restante dos pobres²¹⁸.

Escravo ou imigrante, não importava mais a distinção. As autoridades sentiam a urgência de controlá-los para que não houvesse “perturbações”. As formas de controle sobre essas classes – livre e escrava – não são exclusivas para cada uma delas; as leis pensadas sobre esse assunto englobam, de maneira geral, os mais pobres. São leis que, dentre outras intenções, buscam regular o tempo dos trabalhadores, principalmente seu tempo livre. A preocupação nesse sentido era a de evitar o ócio. “O ócio é um vício e uma perversão aos bons costumes, que deve ser combatido independente da origem²¹⁹”.

Essa aproximação entre livres e escravos também acontece nos ambientes de trabalho. As duas formas de trabalho, que já coexistiam nas zonas rurais, continuaram a ocorrer ao mesmo tempo nas cidades. Essa afirmação é corroborada tanto pelas fontes analisadas nessa pesquisa, quanto pela historiografia recente que trata do tema – e analisada nesta monografia – e pelas leis de controle voltadas a ambos.

Como vimos, os anúncios do jornal Dezenove de Dezembro, nos anos de 1854 a 1858, de 1874 a 1877 e de 1864, 1865 e 1870, mostram que escravos, livres e imigrantes eram requisitados para trabalhos na cidade e que compartilhavam das mesmas ocupações.

Funções como cozinheiras, lavadeiras, e criados, costumeiramente exercidas por trabalhadores cativos, são exemplos de trabalhos também feitos pelos imigrantes, assim como nos demonstra as fontes. A quantidade de anúncios dessa natureza ilustra a necessidade por trabalhadores no período. E as condições de vida levam a crer que mesmo o pior trabalho, é melhor que nenhum trabalho.

Concomitantemente, os escravos também eram vistos exercendo algumas funções que exigiam maior grau de especialização, como é o caso dos anúncios em que se pede a contratação de alfaiates, padeiro, e para trabalhar na própria tipografia do jornal, aprendendo a encadernar. Nesses casos, a menção ao escravo não é feita

²¹⁸ LAMB, 1996, p. 91.

²¹⁹ *Idem*, p. 100.

diretamente, mas pela falta de especificação do anunciante, acredita-se que eram vagas também abertas para os cativos.

Esta proximidade entre escravos, livres nacionais, e imigrantes, nas situações de trabalho, permite problematizar as afirmações sobre a falta de aptidão dos escravos, ou egressos da escravidão, para lidar com os avanços da sociedade. Não se sustenta a ideia de que o europeu era mais adequado. Da mesma forma, é possível contestar a visão sobre as vantagens do trabalhador estrangeiro, oriundo de um continente já mergulhado nas práticas capitalistas e pronto para trazer tais avanços para o Brasil.

O escravo, como afirma Karasch, era, muitas vezes, mais habilitado para vários serviços²²⁰, e melhor adaptado ao território, do que o recém-chegado europeu. Porém, a proposta inicial dessa monografia não era provar as vantagens de um ou de outro regime de trabalho. Pelo contrário, a problemática da qual partimos – que consistia em trazer para a pesquisa as proximidades existentes entre trabalhadores livres e cativos – foi comprovada a partir dos anúncios do *Dezenove*, que trazem uma série de casos, nos quais, ambos os regimes são colocados lado a lado, não havendo distinção entre a condição social do trabalhador que seria contratado.

²²⁰ KARASCH, Mary. A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850). São Paulo, Cia das Letras, 2000.

FONTES

O Dezenove de Dezembro, 1854 – 1858;

O Dezenove de Dezembro, 1864;

O Dezenove de Dezembro, 1865;

O Dezenove de Dezembro, 1870;

O Dezenove de Dezembro, 1874 – 1877.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. & RENAUX, Maria Luiza. “Caras e modos dos Migrantes e Imigrantes”. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. (org) *História da Vida Privada no Brasil*, 2: Império: a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Cia. das Letras, 1997;

AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. *Onda Negra, Medo Branco: O Negro no Imaginário das Elites - Século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987;

BALHANA, Altiva Pillati. Política imigratória no Paraná. In: Revista Paranaense de Desenvolvimento. N. 87, 1996. Disponível em

<http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/article/view/339/292>.

Consultado em 15/01/2013.

CARVALHO FILHO, Luana. “Transformações urbanas recentes nas antigas áreas industriais de São Paulo ao longo dos eixos ferroviários”. In: *XI Seminário de História da Cidade e do Urbanismo*, v. 11, n. 5, Vitória, ES; 2010. Disponível em

<http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/view/1413/1386>.

Consultado em 08/01/2013;

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*; 2. Ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2001;

_____. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990;

COSTA, Ana de Lourdes Ribeiro da. “Espaços Negros: “cantos” e “lojas” em Salvador no Século XIX”. In: *Cadernos do CRH (Cantos e toques; etnografias do espaço negro na Bahia)*; 1991. Disponível em <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/2097/1/CadCRH-2007-391.pdf>. Consultado em 09/01/2013;

COSTA, Emilia Viotti da. *Da senzala a colônia*. São Paulo: Editora da Unesp, 1998;

GRAF, Márcia Elisa de Campos. *Imprensa periódica e escravidão no Paraná*. Curitiba, Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1981;

IANNI, Otávio. *As metamorfoses do escravo*. São Paulo: Difusão Europeia de Livro, 1962;

KARASCH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo, Cia das Letras, 2000;

LAMB, Roberto Edgar. “Semeadores Dissonantes: imigrantes e policiais na província do Paraná – Século XIX”. In: *Revista de História Regional*; 1996. Disponível em <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/viewFile/2018/1501>. Consultado em 19/01/2013;

LARA, S. H. *Escravidão, Cidadania e História do Trabalho No Brasil*. Projeto História, São Paulo, v. 16, 1998;

LIMA, Keite Maria Santos do Nascimento. “Cidade, Ferrovia e Modernização: contribuições da Estrada de Ferro Bahia ao São Francisco para a modernização da cidade de Alagoinhas” – 1860/1920. In: *XXIV Simpósio Nacional de História*. São Leopoldo, RS; 2007. Disponível em <http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S24.1265.pdf>. Consultado em 08/01/2013;

MARTINS, Wilson. *Um Brasil diferente*; 2. Ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1989;

MATTOS, Marcelo Badaró. “Experiências comuns: escravizados e livres no processo de formação da classe trabalhadora no Brasil”. In: *XXIV Simpósio Nacional de História*. São Leopoldo, RS; 2007. Disponível em

<http://snh2007.anpuh.org/resources/content/anais/Marcelo%20Badar%F3%20Mattos.pdf>. Consultado em 13/01/2013;

PENA, Eduardo Spiller. *O jogo da face: a astúcia frente aos senhores e à lei na Curitiba provincial*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999;

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. *Semeando iras rumo ao progresso*. Curitiba: Ed. da UFPR, 1996;

SCHMIDT, Benício Viero. “A Modernização e o Planejamento Urbano Brasileiro no Século XIX”. Trabalho originalmente apresentado no 43º Congresso dos Americanistas. Vancouver, Canadá. Agosto de 1979, disponível em

<http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/viewArticle/84>. Consultado em 10/01/2013;

SOARES, Cecília Moreira. “As Ganhadeiras: mulher e resistência negra em Salvador no Século XIX”. In: *Afro-Ásia*, v. 17. Salvador, CEAO-UFBA, 1996. Disponível em http://www.afroasia.ufba.br/pdf/afroasia_n17_p57.pdf. Consultado em 10/01/2013.

STOLCKE, Verena; HALL, Michael. “A introdução do trabalho livre nas fazendas de café de São Paulo”. IN: *À lucta, trabalhadores!* Revista Brasileira de História, volume 3, nº 6. São Paulo: Editora Marco Zero/ANPUH, 1984;

TERRA, Paulo Cruz. *Tudo que transporta e carrega é negro? Carregadores, cocheiros e carroceiros no Rio de Janeiro (1824 – 1870)*. 2007. 120 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em

http://www.historia.uff.br/stricto/teses/Dissert-2007_TERRA_Paulo_Cruz-S.pdf.

Consultado em 10/01/2013.